

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO – PAULIPREV

Aos 07 dias do mês de junho de 2021, às 18 horas e 10 minutos, respeitando os devidos cuidados preconizados pelas autoridades de saúde às reuniões presenciais, reuniram-se os membros do Conselho Administrativo nomeados através dos Decretos nº 7.713 de 17 de dezembro de 2019 e nº 7.914 de 19 de outubro de 2020, Sandra Ariadne Casassa, Nara Martins Moretti, Idu Albino Ribeiro, Antônia Sirlene Lima, Edson Tomaz, Paulo Henrique dos Santos, Erick Santos Paiva, Eliete Maria da Silva, Fabio Ceconelo, além do Diretor Presidente do Instituto Pauliprev, Marcos André Breda e do Controlador Interno, Brunno Sibin, para deliberar sobre a pauta publicada na secretaria do Instituto de Previdência dos Funcionários Públicos de Paulínia – PauliPrev, conforme regimento interno dos Conselhos.

É importante esclarecer, que a íntegra das reuniões deste Conselho Administrativo encontra-se disponível em meio eletrônico, no canal do PauliPrev (<http://bit.ly/pauliprev>) -YOUTUBE e no site do Instituto, pauliprev.sp.gov.br, aos quais todos podem ter acesso. Sendo assim, a presente ata é destinada à ratificação e a transcrição de maneira sucinta, dessas gravações. Todos os atos ocorridos nas reuniões, encontram-se registrados nas referidas mídias, as quais deverão ser consultadas para a visão da totalidade dos acontecimentos.

Pautas do dia:

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 24/05/2021;
- 2) Apresentação e deliberação para aprovação do Relatório de Governança Corporativa 2020, de acordo com documentos encaminhados previamente;
- 3) Apresentação sobre um Panorama Geral e Atual de Compensação Previdenciária – COMPREV;
- 4) Deliberação sobre o pedido para aprovação do aditamento contratual do processo de digitalização de documentos, em 25% sobre a quantidade contratada e prevista inicialmente, nos mesmos termos e valores da contratação inicial, de acordo com os documentos e justificativas enviados previamente;
- 5) Assuntos diversos.

A Presidente do Conselho Administrativo, Sandra, deu início a reunião desejando boas-vindas a todos presentes e anunciou a pauta da reunião. Justifica que a aprovação da apresentação do Conselho Fiscal ficou para a pauta da próxima reunião, devido aos assuntos que podem ser longos e não haver tempo hábil nessa reunião.

Item 01. Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião Conjunta Ordinária dos Conselhos Administrativo e Fiscal, realizada em 24/05/2021 – Sandra coloca em deliberação e aprovação, diz



que a Ata já foi enviada anteriormente por e-mail e WhatsApp. Por unanimidade, os conselheiros aprovam a ata da reunião de 24/05/2021.

Item 02. Apresentação e deliberação para aprovação do Relatório de Governança Corporativa 2020, de acordo com documentos encaminhados previamente – Bruno inicia a apresentação e lembra que o formato do relatório está associado às exigências do nível II do Pró Gestão. Apresenta a composição dos cargos, servidores, diretorias e conselhos.

- Dados dos Segurados, Receitas e Despesas: Bruno diz que boa parte das informações apresentadas estão nos relatórios gerenciais bimestrais apresentados aos conselhos.
 - Servidores: a contar de abril, houve a implementação da LC 73/2020 – plano de cargos dos servidores do Pauliprev – o que causou um pequeno aumento no valor mensal das remunerações. O outro destaque ocorreu nos meses de julho e outubro, justificados pela primeira e segunda parcela do décimo terceiro salário.
 - Aposentados: houve um crescimento linear no número de aposentados do Pauliprev, iniciando o ano de 2020 com 1156 e finalizando com 1269 aposentados. Os proventos seguem uma média de R\$ 9,5 mi com algumas especificidades. Em julho e outubro ocorreram as parcelas do décimo terceiro salário e, no mês de abril, ocorreu a implementação das leis 65 e 66/2017 para os aposentados com paridade com valores retroativos a julho de 2018.
 - Pensionistas: há uma tendência de remuneração de R\$ 600.000,00 por mês. Ao longo do ano foi, gradativamente, aumentando. Julho e outubro possuem a mesma razão de variação, o pagamento do décimo terceiro. O ano iniciou com 106 pensionistas e finalizou com 116.
 - Auxílio Doença: até março de 2020 o Pauliprev fez o pagamento desse benefício. Por determinação da EC 103/2019, o pagamento do auxílio doença passou para a Prefeitura de Paulínia a partir do mês de abril/2020. Os valores pagos entre novembro de 2019 e março de 2020 já foram ressarcidos ao Instituto.
 - Receitas: de janeiro a julho havia a tendência de receitas de contribuições previdenciárias da ordem de R\$ 10,5 mi ao mês, composta, principalmente, por contribuições dos segurados, patronal e aporte, sendo 90% desse montante repassado pela Prefeitura Municipal. A partir de agosto, percebe-se uma elevação para R\$ 13,9 mi ao mês que se deve ao fato da alíquota previdenciária ter passado de 11% para 14%, seguindo as determinações das EC 103/2019. Ainda no mês de agosto, ocorreu o reajuste dos salários dos servidores municipais. No mês de dezembro a elevação se dá pelo décimo terceiro salário.
 - Outras Receitas: Bruno destaca as receitas de parcelamento de débitos patronais, lembra que de janeiro a julho houve a finalização do acordo de parcelamento nº 530, feito no ano de 2015. A partir de setembro, houve o primeiro recebimento dos novos acordos de parcelamentos, nº 406 e 408. Há a receita do COMPREV, por volta de R\$ 750.000,00 por mês e a receita do ressarcimento do auxílio doença que, de agosto a dezembro, é por volta de R\$ 600.000,00 por mês em média e se refere aos meses de novembro/2019 e março de 2020. Em menor escala, e não menos importantes, há as receitas do convênio realizado com a Secretaria de Recursos Humanos da Prefeitura, que é o ressarcimento dos trabalhos feitos pelo setor de perícia do Instituto e explica como se dá o ressarcimento e sua proporção.
- Evolução da Situação Atuarial: essas informações encontram-se no relatório atuarial.

- Características Populacionais: Bruno compara os valores mensais médios pagos aos segurados ativos, aposentados e pensionistas.
- Custo Previdenciário Total: explica que esse slide representa, da folha de pagamento mensal, qual a porcentagem que cobre, em teoria, o custeio mensal da aposentadoria e pensões.
- Ativos e Passivos: representa a situação atuarial, o Instituto passou de 1,82 para 2,04 de déficit atuarial na data base de 2019. Bruno explica que, quando o relatório foi criado, não se existia ainda as informações de 2020 recentemente apresentadas pelo atuário. O principal aumento do déficit é associado ao valor presente dos benefícios futuros, ou seja, dos servidores ativos que ainda vão se aposentar.
- **Gestão de Investimentos:**
 - Patrimônio Total: apresenta mês a mês o desempenho da carteira do Instituto. No mês de março ocorreu uma grande redução justificada pelo cenário inicial da pandemia que afetou os mercados financeiros. Ao longo do ano, esse valor foi se recuperando.
 - Desempenho da Carteira: a rentabilidade dos fundos líquidos contribuiu com quase R\$ 25 mi positivamente. Lembra que, com o desempenho normal do mercado, esse valor é bem maior, a exemplo o ano de 2019 com a rentabilidade superior a R\$ 100 mi. Outro efeito que contribuiu negativamente foram os PDD's de fundos estressados.
 - Patrimônio por tipo de aplicação: os recursos do Instituto estão investidos, principalmente, em fundos referenciados em Títulos Públicos, Fundos de Ações, Títulos do Tesouro e Fundos de Rendas Fixas.
 - Rentabilidade Bruta x Meta Atuarial: a meta não foi atingida em 2020, era de 10,65% e o desempenho da carteira foi de -1.47%.
 - Patrimônio por Fundo: o Instituto tem quase 50% dos recursos concentrados em títulos públicos e em fundos 100% títulos públicos.
 - Recuperação de Fundos Estressados: foram recuperados quase R\$ 30 mi em 2020.
 - Reprocessamento de Cotas: foram perdidos R\$ 65 mi em alguns fundos. Houve, na verdade, a realização de prejuízo de investimentos realizados em anos anteriores.
 - Patrimônio por Grau de Liquidez: melhorou a situação de liquidez, embora tivesse um ano negativo, o Instituto tem de cada R\$ 100,00, R\$ 83,00 estão em fundos líquidos.
- **Atividades dos Órgãos Colegiados:** basicamente, essa exigência do manual pede para serem listadas as principais atividades dos órgãos colegiados. Bruno diz que foram lançadas as pautas das reuniões realizadas em 2020 pelo Conselho Administrativo, Conselho Fiscal, reunião conjunta dos Conselhos e pelo Comitê de Investimento.
- **Atividades Institucionais:**
 - Gestão Orçamentária - Receitas: foram orçadas no início de 2020 em R\$ 168 mi e o ano foi fechado em R\$ 178 mi, com superávit. As principais receitas são as contribuições da Prefeitura, do segurado e do Aporte, as receitas do COMPREV, de parcelamentos e a remuneração de recursos como os cupons de títulos públicos que remuneraram a carteira do Instituto.

- Gestão Orçamentária – Despesas: orçamento de despesa de R\$ 168 mi e despesa realizada de R\$ 138 mi, sendo parte predominante de aposentadorias e pensões e despesa de pessoal do Pauliprev.
- Gestão de Pessoas: representa a distribuição de cargos no Pauliprev.
- Situação de Contratos:
 - Contratos de Valores Fixos e Variáveis são os contratos vigentes até dez/2020,
- Gestão do Custo Administrativo: houve uma média de R\$ 370.000,00 por mês de custo administrativo, representando uma redução de 11% em relação ao ano de 2019.
- Processos Judiciais: o Pauliprev teve uma despesa de R\$ 481 mil com processos judiciais.
- Instrução em andamento de Processos de Aposentadorias – TCE/SP: existem processos antigos que estão pendentes de análise do Tribunal. Cerca de 200 processos estão no aguardo de retorno do TCE após alguma ação do Instituto e quase 100 processos aguardando julgamento de recursos ordinários.
- Cumprimento de decisões Judiciais e Conformidade: em 2020 o Instituto teve 77 retificações de aposentadorias de processos transitados em julgado no TCE/SP. Desde 2019, o Instituto não mais concedeu aposentadorias com verbas transitórias, respeitando os apontamentos do TCE/SP e, sobre a questão da migração da lei 49/2011, as aposentadorias passaram a ser concedidas pela média.
- Governança Corporativa e Controle Interno: Brunno destaca os canais de atendimento online do Instituto e os relatórios gerenciais bimestrais que abordam as principais informações do Instituto. Diz que 2020 foi um ano de muitas alterações legislativas importantes e explana cada uma delas. O total de débitos parcelados é da ordem de R\$ 72,1 milhões e foi assinado um convênio com a Secretaria de Recursos Humanos para o reembolso das atividades realizadas pelo setor de Perícias do Pauliprev que sejam de responsabilidade da Prefeitura. No final de 2020 o Instituto ainda estava no nível I do Pró Gestão, hoje está no nível II. Ressalta a importância da certificação, de modo que, no final de 2020, no Estado de São Paulo, existiam apenas 22 RPPS's com a certificação em qualquer nível e, no país, apenas 75 possuíam certificação. Diz que, hoje, o Pauliprev possui o nível II juntamente com 40 RPPS's.

Sandra agradece a apresentação e abre espaço para perguntas e dúvidas dos conselheiros. A palavra é passada à conselheira Eliete que, sobre a evolução atuarial, diz ter entendido que não constam os dados de 2020 porque o relatório atuarial ainda não estava pronto. Pergunta o por quê a “remuneração dos recursos” está na gestão orçamentárias, nas atividades institucionais. Diz que de 2019 para 2020 diminuíram as obrigações patronais e ela não entendeu o por quê. Pergunta o quê foi gasto com consultoria. Diz que no outro ano tiveram capacitações, treinamentos e pergunta se em 2020 o Instituto não teve nada. Pergunta se no detalhamento do custo administrativo, material permanente não entra. E, no processo judicial, na última apresentação, tinha sugerido que entrasse o que se ganhou e o que se perdeu. Sabe que quem ganha são os procuradores, mas não se tem noção do quanto foi isso. Acha que seria interessante aparecer o quanto que o instituto teve que pagar, mas o que ela solicitou não apareceu. Brunno diz que as remunerações que estão lá parte de receitas orçamentárias, funcionam da seguinte maneira: o Instituto tem títulos públicos em sua carteira e, semestralmente, recebe juros em função desses títulos. Além da rentabilidade

que esses títulos têm mês a mês, nesses semestres o Instituto recebe um juros semestral, associado ao tipo de investimento. Esse dinheiro entra como receita na conta corrente do Instituto. Na consultoria, entram tanto a consultoria atuarial e a consultoria financeira. Nas capacitações não foi inserido nada porque não foram realizadas capacitações nos mesmos moldes de 2019, até por conta da pandemia. Mas houve capacitações individuais, online, realizadas pelos servidores em teletrabalho, voltados para a área de atuação. Não houve exigência, mas uma orientação. Não houve um procedimento de capacitação formal por conta da especificidade da pandemia. Eliete questiona se houve custo, cursos com custos. Brunno diz que se recorda de um curso, de um dia, para ele, André, Beatriz e Procuradores. Outros não se recorda, mas em comparação a 2019, ficou uma diferença mais clara em razão da pandemia. A palavra é passada ao André que diz que, ainda no curso mencionado pelo Brunno, não houve custo. Como o Brunno disse, os cursos realizados, individualmente, são, via de regra, sem nenhum custo para a Autarquia, como hoje mesmo o curso que ele passou para a Comissão de Licitações realizar, sem custo e está sendo desenvolvido pelo Tribunal de Contas. Brunno diz que, sobre o material permanente, ele consta no custo administrativo. Diz que, quando fez o slide de apresentação, as informações ficaram grandes e, agora, reduzindo a fonte para o tamanho 8 essa informação aparece. Na obrigação patronal, ele pergunta à Eliete se há algum slide específico para ele abrir. Eliete pede desculpas, diz que não anotou. Brunno disse que não tem problema, se Eliete quiser, ela pode enviar um e-mail e ele responde a todos. Eliete diz que faltou a informação sobre os processos judiciais. Brunno diz que, talvez, o André possa acompanhar melhor. Sabe que o pessoal do Jurídico estava fazendo esse levantamento. Diz que, quando tem o processo judicial, há duas possibilidades: ou o Pauliprev perde o processo ou ele vence. Se vence, não necessariamente vai ganhar dinheiro, o que é diferente no caso em que o Pauliprev perde e é condenado a fazer um pagamento ao segurado. Acha que esse estudo está em andamento. Sandra pergunta se a Eliete quis dizer o que a Pauliprev deixou de gastar porque venceu o processo, ou seja, a Pauliprev estava certa na ação que tomou. Ou queria saber os valores que são repassados aos Procuradores de sucumbência. Eliete sinaliza que sim, seria o valor de sucumbência. Sandra diz que já conversaram sobre essa questão da sucumbência, de achar justo, de não achar justo, mas não queria entrar nesse mérito. Diz que queria entender senão estariam colocando no relatório do Instituto valores agregados aos Procuradores. Se não poderiam, esses valores, causar uma confusão ao serem colocados no relatório de governança quando não estão entrando nos cofres do Instituto, mas sim na conta da pessoa física dos Procuradores. E, se os Procuradores, também, não veriam isso como ruim o pedido de exposição desses valores. Sandra diz que é sabido que a sucumbência é lei, e é repassada aos advogados que ganham o processo. Talvez não fosse uma questão de fazer parte do relatório de governança do Instituto, talvez possa ser uma informação repassada aos conselheiros. Eliete diz que pode ser uma informação extra, sem problema. André pede a palavra, diz que entende que alguns relatórios são protocolares em relação ao Pró Gestão e, nesses, seguem o Manual com as informações que não possam causar uma certa confusão, inclusive em auditoria e a questão da sucumbência é uma delas. Porque não é uma receita ao Instituto, embora a perda de uma ação se transforme em uma despesa. Lembra que essas despesas, graças a Deus, são de processos antigos e, os mais recentes, ou o Instituto não tem ou tem ganhado. Acha que para o relatório de governança terão que tratar conforme o Manual. Informações adicionais que possam acrescentar sempre são bem-vindas, mas com cuidado de que isso não cause confusão para quem está vendo, quem está auditando e, principalmente, para que não se torne uma obrigação futura da Autarquia. Diz que, como disse na outra vez, já pediu um relatório à Procuradoria Jurídica com um apanhado dessas ações, pois fica bastante preocupado com a questão do pagamento da sucumbência especificamente. O pagamento da sucumbência, por muitas vezes, parece uma penalização ao

Handwritten signatures and initials in blue ink on the right margin, including a large signature at the bottom right.

Handwritten initials "RAS" and a symbol resembling the number "8" at the bottom right corner.

servidor imposta pelo Pauliprev em relação ao pagamento de uma ação perdida. Sem lembrar que, quando o Pauliprev perde a ação, paga aos advogados das partes. Diz que, nesse aspecto, o que pediu aos procuradores é que façam uma correlação de o quanto essa sucumbência acaba preservando em relação aos valores que deixaram de ser dispendidos para a Autarquia porque essa é uma informação que tem relevância pro Instituto enquanto gestão. A legislação os obriga a ter equilíbrio financeiro e atuarial, não podendo pagar mais e nem receber menos e exemplifica. Diz que trará essa informação aos conselheiros assim que a Procuradoria terminar e que poderá ser na forma do relatório gerencial ou como um anexo para tratativa na própria reunião. Não entende que deva estar no relatório de governança já que já foi auditado e aprovado. Diz que essa informação virá, com o devido cuidado. Não pode parecer que é uma penalização ao servidor, mas, sim, a proteção ao erário. Eliete diz que, pela quantidade de processos que perderam, mostra uma outra frente daquela educação previdenciária, inclusive, de entender o que é direito e o que não é. O que vai poder entrar com ação e, justamente, o que o servidor vai ter direito ou não. Acha que uma coisa puxa a outra. Já que se sabe o quanto o Instituto gastou, não acha problema nenhum ver o quanto ganhou. Talvez fora do relatório mesmo, não tem problema, pode ser uma coisa a parte. Como foi uma sugestão e não mais conversaram sobre isso, achou que estaria no relatório. André diz tratar a informação com o devido cuidado para não parecer que é uma penalização ao servidor, mas, sim, a proteção ao erário que, diga-se de passagem, é o que sustenta a aposentadoria do servidor. Com relação a educação previdenciária, diz que estão trabalhando nisso. Lembra que pedir é sempre muito tranquilo e, às vezes, a execução não tem o tempo que quem pede acaba pretendendo, porque há outros afazeres que têm prioridades. Isso já deveria ter acontecido se não tivessem a pendência da pandemia. Diz ser sempre importante deixar em uma reunião gravada: a gestão deles iniciou no final de abril de 2019, são 2 anos de gestão e, praticamente, 1 ano e meio de pandemia que complicou bastante as ações, principalmente, as ações coletivas. Diz que hoje há um volume de ações impetradas contra o Pauliprev muito menor. Os próprios advogados têm tido mais cuidado no tratamento com quem impetra ação contra a Autarquia. O que já demonstra que as ações do Instituto têm tido reflexo aos servidores que, hoje, os procuram muito mais para conversar. E mesmo ações coletivas, que ele acha que são interessantes, às vezes não são suficientes porque falam, constantemente, vários aspectos diferentes e várias coisas que interessam os servidores, nas próprias reuniões. Diz que precisam ter um pouco de cuidado com o que levam e como levam para que a situação fique bem clara. Eliete diz que não entendeu o que o André quis dizer com o “não levar a informação de uma forma clara”. André diz que eles têm que levar a informação de uma forma clara. Eliete diz que, quando falou da parte educativa, é porque a partir dos processos que geraram a perda e o pagamento por essas pessoas, são áreas, talvez, de temas que podem abordar mais pra ficarem tão claras para os servidores não chegarem nem a entrar com alguma ação. André diz que entendeu, mas diz que possuem interpretações divergentes em relação a mesma lei. Por exemplo, a Procuradoria Jurídica do Instituto interpreta a formatação da concessão da aposentadoria para quem migrou em 2011, que ele concorda de uma forma, alguns advogados interpretam de outra forma. Eles buscarão assistência da justiça o que é o direito de todo mundo. Então, as informações que vão passar, farão com que deixem de ter a ação contra a Autarquia. A palavra é passada ao Erick que pergunta, sobre o gráfico da página 10, se a contribuição a patronal e a do segurado são iguais em 14%, os valores em verde e em vermelho, teoricamente, não teriam que ser iguais. Reparou que os valores em verde, patronal, são sempre menores. A contribuição do servidor é sempre a mais, o que seria essa diferença. Brunno explica que são duas questões. A primeira é a questão do auxílio doença que acaba interferindo um pouco, às vezes, a depender dos dias que o servidor está afastado, ocorre uma pequena oscilação. Então não necessariamente todas as verbas que compõem a base previdenciária de alguém que está

Handwritten signatures and initials: *Amo*, *JF P*, *Adm*, *DHS*, *EO*

trabalhando normalmente compõe a base previdenciária de quando está afastado. A segunda questão é a dos servidores cedidos, há as contribuições e, às vezes, o repasse é feito em meses diferentes e dá uma pequena oscilação. A observação do Erick está correta, mas esses casos que geram a oscilação. Sandra diz sobre o gráfico do 13º salário, no mês de dezembro, houve uma alta na despesa, na apresentação o Bruno disse ser por conta do 13º porque os descontos são realizados na segunda parcela. Pergunta se, mesmo quando o 13º salário é feito em outro mês, ele será lançado só em dezembro. Diz que entendeu que o aumento é por causa do 13º, mas, em via de regra, os servidores nunca receberam o 13º no mês de dezembro, acabam recebendo no mês de julho, agosto, outubro. Diz que a dúvida é se deixam para fazer o lançamento das despesas somente no mês dezembro. Em relação aos aumentos nas receitas com a data base de 2019, como ainda não houve a aplicação dessa data base, que ainda está em discussão, a oscilação é devida ao quê. Também, sobre os valores apresentados nos precatórios, diz que um deles tem o valor de quase R\$ 300.000,00, pergunta se são precatórios por processo ou por períodos. Esse que possui o valor maior, pergunta se seria pra um servidor só ou são vários de um mesmo período e se o Bruno tem a informação de qual foi o processo, por exemplo, foi a migração, foi a base previdenciária... Bruno diz que sobre a data base, talvez tenha se expressado mal, queria se referir a data base de 2020 de 4,05%. Sobre o 13º, diz que o Instituto recebeu essas receitas em dezembro, explica que os servidores são pagos em duas parcelas, alguns antecipam, mas recebem em duas parcelas. No ano de 2020 receberam a segunda no mês de agosto ou setembro e a contribuição previdenciária foi retida nessa parcela, mas foi repassado pela Prefeitura ao Instituto no mês de dezembro. Acredita que a obrigação seria no mês de dezembro, por isso ele entrou e foi contabilizado no mês de setembro. Sobre os precatórios, cada precatório é referente a um processo mesmo, então o valor elevado é referente a um processo. Diz que o André talvez saiba com detalhe. Sandra agradece e passa a palavra ao André. André diz que sobre o 13º, é como o Bruno falou, a obrigação contábil da Prefeitura é no mês de dezembro. Sobre os precatórios, relembra que quando o Instituto perde uma ação e o valor fica acima do valor de RPV, que até o ano passado era no valor de até R\$ 30.000,00 e, após nova legislação da Prefeitura, o valor de RPV passou para R\$ 15.000,00 e valores acima desse são precatórios. Quando o precatório é julgado e lançado até 30 de junho/ano ele é pago no exercício seguinte porque todos eles precisam ser previstos no orçamento. Quando ele passa a partir de 01 de julho/ano ele fica para 2 exercícios seguintes. Diz que esses 3 casos de precatório são sentenças antigas cujos os precatórios foram os sentenciados antes de 30 de junho do ano passado e entraram para pagamentos esse ano. Diz que sempre preferem pagar antes porque ele continua incidindo juros e correção monetária. Os 3 são ações derivadas de processos de aposentadorias especiais. Os próximos precatórios que o Instituto deve e para o ano de 2022 possuem valores maiores que esses e, preveem para os próximos anos valores muito maiores, inclusive, diz que gastarão alguns milhões de reais com precatórios, todos derivados de ações que perderão pela falta da concessão das aposentadorias especiais em exercícios passados, em gestões anteriores, em especial, por problemas no LTCAT e PPP da Prefeitura que, como os conselheiros se lembram, o Instituto resolveu, internamente, no ano passado. A Prefeitura ainda não conseguiu finalizar o processo de atualização do LTCAT que é de 2010 e o Paulinho sabe bem disso. Diz que esses precatórios grandes advirão dos valores pagos aos servidores e também algumas parcelas que serão destacadas também na forma de precatória aos seus advogados, que são os honorários. A palavra é passada à conselheira Nara que pede para o André confirmar se a sucumbência, então, não entra no relatório de governança. Sobre a dúvida do Erick, disse que fez a mesma pergunta quando a alíquota era de 11% e o Bruno trouxe a explicação dos cedidos para outras Prefeituras. Pergunta se não seria o momento ou não de poderem fazer uma comparação, uma previsão que escapa um pouco do modelo do relatório. Porque, como não estão tendo contratação, haverá uma

diminuição da contribuição e um aumento na contribuição dos inativos. Diz que ficou com essa preocupação, se não é interessante irem criando um modelo de comparativo para pensarem se, futuramente, a diminuição de contribuição pode gerar um desequilíbrio. Ficou pensando se não teria como deixar no relatório mais clara essa variação apesar de saberem os dois motivos da variação. Brunno diz que Nara trouxe uma informação ainda importante que ele não tinha mencionado sobre as contribuições dos inativos que contribuem apenas sobre o que recebem acima do teto do INSS e não há contribuição patronal para a contribuição deles. E isso explica muito a diferença entre a contribuição dos segurados e a patronal. Diz ser uma tendência mesmo e vai depender da política da Prefeitura de reposição dos servidores, um fator que tá alheio às ações no Pauliprev. A palavra é passa ao André que diz que a sucumbência não é nem despesa e nem receita ao Instituto, ela transita apenas porque a ação judicial impetrada contra o Pauliprev, contra o Tribunal de Contas normalmente, esse valor transita pelo CNPJ, mas apenas como trânsito mesmo e não é contabilizado pelo Pauliprev. Ele não faz parte dos lançamentos de despesas e receitas em nenhum aspecto. Sobre o que o Brunno falou, diz que foi bem lembrado e iria fazer um apontamento no final que, quando o Erick mencionou, essa variação não pode ser entendida entre as contribuições previdenciárias empregado e empregador como contribuição dos ativos apenas, mas como dos segurados que também são os inativos. Além dos cedidos terem uma influência pequena, como o Brunno mencionou, também tem a contribuição acima do teto do regime geral pelos inativos que não têm a contrapartida patronal porque não têm mais patrão. Diz à Nara que em relação a questão do equilíbrio, essa é uma situação bem complexa. Diz que como ele faz gestão junto ao RH para tratar dessas questões, não é só a reposição do quadro que é importante para o Instituto, é avaliar o contexto do cofre público municipal. Uma estimativa dele, dos últimos anos, predispõe que deveriam ter repostos de 400 a 500 vagas, em especial na saúde e na educação que são as vagas terceirizadas. Para quem está contratando, acaba ficando mais barato e mais viável a terceirização. Para o RPPS isso é terrível. Mas é preciso levar isso para o conceito de folha de pagamento ante a lei de responsabilidade fiscal. O município para resolver o problema do Abono, dos dissídios, das progressões e de tudo mais que ele precisa resolver, ele precisa ter um planejamento que eles sabem que ao longo dos anos isso não aconteceu. Então se o município repõe o número de vagas necessário, ele vai impactar na lei de responsabilidade fiscal percentualmente e, aí, inviabiliza as políticas de Recursos Humanos, ou seja, precisa ser feito um estudo mais aprofundado. O que precisam ter como consciência e consequência da gestão como um todo, pensando na municipalidade, é o que eles, como servidores ativos e inativos, pretendem. Quais são as exigências na carreira e nas reposições que pretendem ante a capacidade de pagamento e as imposições legais que sabem: lei de responsabilidade fiscal, reforma administrativa, reforma previdenciária e todas que estão sujeitos. Diz que nesse aspecto, possuem duas formas de compensação: a reposição que estão tentando convencer a Prefeitura e acha que vão haver as reposições de uma parcela desses servidores porque para o município também vai haver essa exigência em pouco tempo pelos órgãos fiscalizatórios. E, se esse valor não entra na forma de contribuição ele tem que entrar na forma do aporte pra cobertura do déficit técnico. E, aí, é o equilíbrio que se buscam que é o mais complexo da equação porque vai chegar um momento em que não terá um orçamento para se fazer tudo isso. Esse é o desafio para os próximos anos, então não tem resposta fácil e nem simples. Diz que, por isso, eles têm que cada vez mais exigir uma profissionalização e uma gestão, no mínimo, estável para que possam debater isso junto. Aos órgãos representativos, que seja ANCIPE, Sindicato, junto a Municipalidade e o RPPS participando dessas discussões, inclusive legislativas pra chegar num equilíbrio que necessitam para manutenção da subsistência do Instituto. Sandra coloca a apresentação em deliberação e os conselheiros aprovam com unanimidade.

Ed
✓
Jo
A
S
Sandra
Sandra

Item 03. Apresentação sobre um Panorama Geral e Atual de Compensação Previdenciária – COMPREV – Bruno inicia apresentação informando que a ideia da apresentação é trazer um panorama geral para os esclarecimentos de algumas dúvidas.

- Dados Pauliprev: mostra um a evolução do valor acumulado de compensação previdenciária feita pela Pauliprev desde 2017 pra cá e o número de processos. Até março de 2021 o valor arrecadado, compensado, foi de R\$ 79.358.141,79. Bruno explica que quando o INSS faz uma compensação, ele repassa de maneira a vista o equivalente a 60 parcelas e o restante ele vai pagando em 233 parcelas. Diz que o INSS já adianta uma parte do recurso que é devido pra ele proporcionalmente e a outra parte ele vai pagando de acordo com a expectativa de sobrevida média da população aqui no Brasil. O valor a receber estimado é pouco mais de R\$ 156 mi. Diz que, hoje, o Instituto tem 470 processos, então se essas pessoas permanecerem vivas até o final do período, o Instituto recebe esse valor. Se no meio do período acontecer algum óbito, o INSS para de pagar porque o Pauliprev também vai parar de pagar o benefício. Diz que o valor mensal recebido está na casa de R\$ 800.000,00.
- Dados Gerais: Bruno diz que o INSS divulga, todo mês, todo o fluxo de recursos que são repassados para todos os RPPS's. Dá o exemplo do Pauliprev que não foi aprovada nenhuma compensação, mas tem 470 processos em andamento e tem o direito de receber R\$ 792.000,00. Explica o gráfico apresentado e acrescenta que a tendência é de queda do valor médio repassado aos RPPS's de modo geral, o que significa, de certa forma, uma demora, uma lentidão da análise dos processos por razões associadas ao INSS.
- Fluxograma de Processo Pré-COMPREV: diz que até a compensação ser realizada, há uma série de etapas anteriores. A primeira etapa é a instituição do benefício, seguida da análise do processo pelo TCE/SP que pode ter o lapso temporal de 1 ano e meio, julgamento do processo que também demanda outro tempo. Caso o processo seja julgado legal, segue para a emissão da certidão de registro e, após, para a compensação pelo COMPREV. Diz que um processo que esteja regular, leva cerca de 3 anos desde a instituição do benefício até o envio ao COMPREV e não se refere a compensação, se refere apenas até o envio ao COMPREV. Se o processo não estiver correto, a tramitação será ainda mais lenta, irá para uma fase de recurso que será analisado e julgado e seguirá para o trânsito em julgado. Estando legal, ele será registrado e enviado ao COMPREV. Diz que, às vezes, no trânsito em julgado, o processo é julgado ilegal, sendo necessário voltar para a fase inicial, fazer a apostila retificatória, recalcular a verba e mandar novamente para a análise do TCE/SP. Há muitos processos assim, de 2013 a 2018, que foram julgados ilegais e que estão em fase de recurso, de tramitação ou que já foram submetidos a uma apostila retificatória. Diz que tentou mostrar, através do fluxograma, que existe uma lentidão estrutural do próprio Tribunal de Contas. Explica que para a compensação previdenciária, além dos documentos do processo, é necessário enviar a certidão de registro emitida pelo TCE/SP.
- Situação atualizada do COMPREV:
 - Fluxo Mensal: o fluxo mensal líquido, hoje, é de R\$ 792.595,92. Lembra que o COMPREV existe sob duas formas: as pessoas que se aposentam pelo RPPS e

tiveram tempo de contribuição no Regime Geral, dão direito ao Pauliprev de receber compensação do INSS e o Instituto tem, hoje, 470 processos. As pessoas que se aposentam pelo Regime Geral, mas que em algum período da vida laboral trabalhou em Paulínia e contribuíram para o Pauliprev, dão o direito de compensação ao INSS e o Instituto, hoje, tem 4 processos nessa situação. Diz que o INSS calcula o valor dos 470 processos que dão ao Pauliprev receitas e desse valor ele deduz os 4 processos que dão ao Pauliprev despesa.

- Processos Pendentes: seriam situações pós COMPREV, os processos já foram enviados e estão pendentes de análise. Foram apuradas 3 situações:
 - 64 processos estão na fila de análise pelo INSS, sendo cerca de 32 ou 33 processos comuns e o restante relacionados à perícia médica. São aposentadorias por invalidez que passam pela análise de um perito do INSS. Acrescenta que cerca de 70% dos 64 processos foram enviados antes de 2019 e, inclusive, já abriram chamados no Sistema GESCOM para acompanhar a razão dessa demora;
 - 31 processos em exigência de documentação. Já foram pré-analisados, porém tem documentação faltando. Diz que um dos documentos faltantes é a Certidão de Homologação do TCE/SP de processos que foram enviados anteriormente pela empresa que prestava serviço para o Pauliprev e, pelo que percebeu, como eles já sabiam da lentidão para a aprovação dos processos, a empresa cadastrava o processo com documentação parcial. Há alguns casos que a documentação seria do Pauliprev mesmo e que, por alguma razão, não foi enviada, como a Certidão de Tempo de Contribuição e que poderia ser enviada a qualquer hora. No entanto, agora, só é possível enviar a documentação se houver a Certidão do TCE/SP e essa certidão só será emitida após a homologação do Tribunal de Contas.
 - 29 processos indeferidos, foram analisados e recusados pelo INSS e exigem alguma tratativa. Diz que, com a migração do sistema, o INSS definiu que os processos indeferidos não serão aceitos por enquanto. Desses processos indeferidos, há alguns processos que já foram para o setor de previdência para serem analisados porque, muitas vezes, são processos muito antigos e que na CTC foi calculada com alguma inconsistência, o cálculo do tempo de contribuição do Pauliprev teve algum problema em relação a proporcionalidade do INSS e precisam mudar isso. A medida que vão sendo analisados, são sendo corrigidos, mas não é possível reenvia-los novamente pela limitação do novo sistema.

Acrescenta que o Instituto tem processos mais recentes em andamento e, pelo fluxograma, ainda não foram registrados e estão sendo monitorados. Diz que fizeram contato no TCE pedindo a análise dos muitos processos parados que já haviam sido regularizados e o tribunal não havia julgado legal e, do fim do ano passado pra cá, o Tribunal tem feito. Contabilizaram um universo de mais de 100 processos que têm sido julgados legais pelo TCE e que estão aguardando o registro. Encerra a apresentação e se coloca a disposição para possíveis dúvidas. Sandra agradece a apresentação e passa a palavra para o Idu que pergunta ao Brunno, em relação a aposentadoria por invalidez, a análise feita pelo INSS é documental ou presencial? Brunno acredita que ela é, essencialmente, documental porque a análise presencial foi realizada pelo Pauliprev. Acredita que o perito do INSS analisa o laudo realizado pelos médicos para verificar se eram aposentadorias por invalidez ou não. A palavra é passada à conselheira Nara que pergunta qual é o entendimento

para aposentadorias em que a contribuição ocorreu em outro RPPS. Sabe que não há a compensação entre regimes próprios e gostaria de saber qual é o entendimento. Bruno diz que, até então, não existia o COMPREV entre RPPS's, era previsto na Constituição, mas não era regulamentado. Com o novo COMPREV, esse sistema, em tese, está sendo parametrizado para permitir esse COMPREV entre RPPS's. Diz que a aposentadoria é concedida normalmente e desde que se respeite o tempo de contribuição e idade. Acredita que, daqui pra frente, vai ser possível essa compensação. Sandra agradece a participação do controlador interno Bruno e parabeniza a apresentação. Bruno agradece aos conselheiros e se coloca à disposição para dúvidas a serem enviadas por e-mail.

André complementa a resposta à pergunta do Idu, informando que toda a análise do COMPREV para aposentadoria por invalidez é feita documentalente, mas não é descartado que em casos excepcionais seja feita perícia presencial. O perito do INSS pode convocar e o problema é que são os mesmos peritos que fazem as perícias normais do INSS, podendo acontecer demoras. Em relação à pergunta da Nara, hoje, a previsão legal da compensação entre RPPS's falta ainda uma certa regulamentação porque isso vai ser administrado pelo sistema do INSS. Está previsto para iniciar em janeiro de 2022 um novo termo de convênio que todos os RPPS's precisarão firmar com o INSS pagando uma taxa sobre esse uso do sistema.

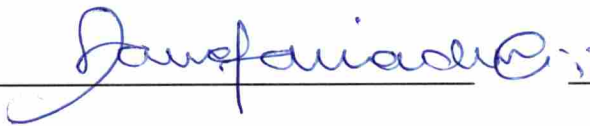
Item 04. Deliberação sobre o pedido para aprovação do aditamento contratual do processo de digitalização de documentos, em 25% sobre a quantidade contratada e prevista inicialmente, nos mesmos termos e valores da contratação inicial, de acordo com os documentos e justificativas enviados previamente – Sandra diz que o Fábio e ela tinha dúvidas sobre esse item, mas já haviam enviado ao André e já foi respondido. A palavra é passada à conselheira Eliete que pergunta se sempre a digitalização terá que continuar e o André sinaliza que sim. Eliete diz que viu que o aditivo é para ampliação de quantidade de cópias, mas isso é uma coisa que sempre vai continuar se a digitalização vai ser contínua. André diz que foi feita uma estimativa em 300 mil cópias, mas o container apresentou mais documentos nas caixas do que deveriam estar lá e houve um aumento no volume de processos previdenciários. O contrato tem vigência até novembro e serão esgotadas a capacidade de páginas antes do encerramento desse contrato. Diz que já que é um valor acessível e interessante ao RPPS, R\$ 0,0695, seria esgotarem para a possibilidade contratual e legal prevista na legislação de licitações. A partir do encerramento do contrato, se tudo ocorrer em conformidade, a expectativa é que seja possível digitalizar no Instituto internamente. Se não for possível, será discutido novamente. O interessante agora para o Instituto, principalmente, hoje, na parte previdenciária, é a disponibilização ao segurado que precisa de cópia, as cópias digitais em pendrive. Isso barateia ao segurado e não é um custo significativo para o Instituto na cobrança. A palavra é passada ao Fábio que diz que a dúvida dele era se haveria um parecer jurídico e o André o respondeu que sim. Diz que o valor está na média até um pouco abaixo do mercado da digitalização. Diz que o André falou da facilitação ao segurado e, mais, tem uma segurança de se alguma coisa acontecer, como umidade, uma forma de achar o processo de uma outra maneira. Sandra coloca em deliberação e os conselheiros aprovam com unanimidade.

Item 05. Assuntos diversos fica para a próxima reunião.

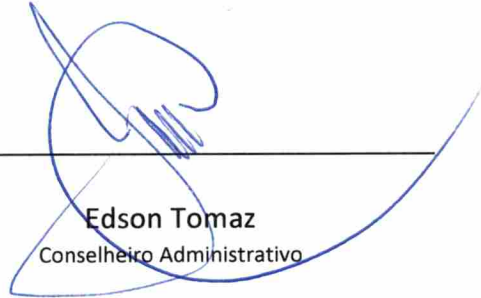
A Presidente do Conselho agradeceu a participação de todos. Encerrou a reunião do Conselho Administrativo.

Término às 20:11h.

Paulínia, 07 de junho de 2021



Sandra Ariadne Casassa
Presidente Conselho Administrativo



Edson Tomaz
Conselheiro Administrativo



Fabio Ceconelo
Conselheiro Administrativo



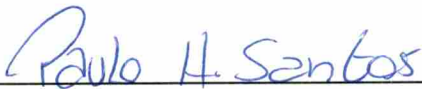
Idu Ribeiro
Conselheiro Administrativo



Nara Moretti
Conselheira Administrativa



Erick Santos Paiva
Conselheiro Administrativo



Paulo Henrique dos Santos
Conselheiro Administrativo



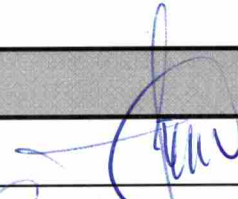

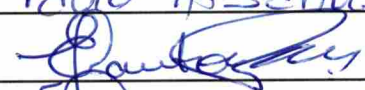
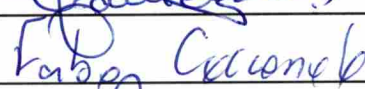
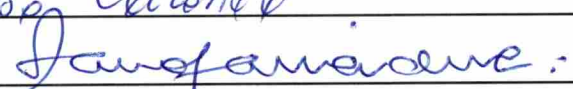
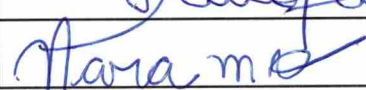
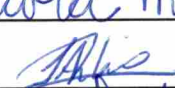

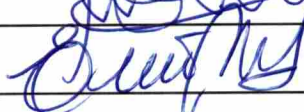
Antônia Sirlene Lima
Conselheira Administrativa



Eliete Maria da Silva
Conselheira Administrativa

LISTA DE PRESENÇA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO
07 de junho de 2021 – 18 horas – Reunião por Teleconferência

Reunião Ordinária

SEQ	NOME	ASSINATURA
1	EDSON TOMAZ	
2	PAULO HENRIQUE DOS SANTOS	
3	ERICK SANTOS PAIVA	
4	FÁBIO CECONELLO	
5	SANDRA ARIADNE CASASSA	
6	NARA MARTINS MORETTI	
7	IDU BALBINO RIBEIRO	
8	ANTONIA SIRLENE LIMA	
9	ELIETE MARIA DA SILVA	


PAUTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ADMINISTRATIVO

DATA: 07/06/2021 às 18:00h

LOCAL: EXCEPCIONALMENTE POR VIDEO CONFERÊNCIA E FECHADA AO PÚBLICO, EM ATENDIMENTO AO DETERMINADO NO DECRETO MUNICIPAL 7773/2020 – CONTENÇÃO DA PANDEMIA DE CORONAVIRUS

- 1) Deliberação sobre a aprovação da Ata da reunião ordinária do Conselho Administrativo, realizada em 24/05/2021;
- 2) Apresentação e deliberação para aprovação do Relatório de Governança Corporativa 2020, de acordo com documentos encaminhados previamente;
- 3) Apresentação sobre um Panorama Geral e Atual de Compensação Previdenciária – COMPREV;
- 4) Deliberação sobre o pedido para aprovação do aditamento contratual do processo de digitalização de documentos, em 25% sobre a quantidade contratada e prevista inicialmente, nos mesmos termos e valores da contratação inicial, de acordo com os documentos e justificativas enviados previamente;
- 5) Assuntos diversos.

Paulínia, 02 de junho de 2021.



SANDRA ARIADNE CASASSA
Presidente do Conselho Administrativo



RELATÓRIO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA
Exercício de 2020



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

Handwritten signatures and initials:
W
S
d
K
B
PHS

DIRETORIA EXECUTIVA – Composição em 12/2020

Marcos André Breda

Diretor Presidente Eleito - Servidor Efetivo da Prefeitura Municipal de Paulínia

Beatriz de Lourdes Nascimento Borlina Bernardi

Diretora de Previdência e Atuária - Servidora Efetiva da Prefeitura Municipal de Paulínia

Douglas Henrique Municelli

Diretor Administrativo e Financeiro - Servidor Efetivo da PAULIPREV

QUADRO DE SERVIDORES DA PAULIPREV - Composição em 12/2020

Adelson Chaves dos Santos Analista Previdenciário	Denise D'Angelis dos Santos Analista Previdenciária	Josélia de Jesus Garcia Enfermeira	Rafael Brandão de Abreu Agente Previdenciário
Ademilson Peres Gonçalves Operador de Microcomputador (Servidor Cedido pela Prefeitura Municipal de Paulínia)	Ediana Ferreira Brito Assistente Social	Leonardo Jenichen de Oliveira Procurador Autárquico	Rebeca Malanzuk Agente Previdenciária
Brunno Henrique Sibin Controlador Interno	Erivaldo Pereira da Silva Técnico em Tecnologia da Informação	Marcela Capodeferro Lobo Analista Previdenciária	Rodrigo de Oliveira Machado Auxiliar de Serviços Gerais
Bruno Ricardo Lauer de Oliveira Analista Previdenciário	Evanice Cosmo Santos de Oliveira Técnica de Enfermagem	Marcelo Tadeu Fernandes da Motta Médico	Ronaldo Naomassa Nakada Analista Previdenciário
Célia Camila da Silva Morais Agente Previdenciária	Evans Eduardo Beraldo Contador	Marcos Antonio Sambo Agente Previdenciário	Sílvia Larissa Cardoso da Silva Auxiliar de Serviços Gerais
Daiana Cardoso Baleeiro Guimarães Ferreira Técnica de Enfermagem	Fabiano Luiz Avamileno Agente Previdenciário	Mariela Balducci Agente Previdenciária	
Daniel Lombo Bernardo Médico	Janaina Siqueira Faria Agente Previdenciária	Paula Ferreira dos Santos Procuradora Autárquica	
	Joel Francis Lima Patez Agente Previdenciária	Pedro Sant Ana Ferreira Scarabelo Analista Previdenciário	

CONSELHO ADMINISTRATIVO - Composição em 12/2020

Sandra Ariadne Cassasa – CPA 10
Conselheira Presidente - Representante dos Servidores Ativos

Eliete Maria da Silva – CPA 10
Conselheiro – Representante dos Servidores Inativos

Nara Martins Moretti – CPA 10
Conselheira – Representante dos Servidores Ativos

Antonia Sirlene Lima – CPA 10
Conselheira – Representante dos Servidores Inativos

Erick Santos Paiva – CPA 10
Conselheiro – Representante do Poder Executivo

Idu Albino Ribeiro – CPA 10
Conselheiro – Representante dos Servidores Ativos

Edson Tomaz – CPA 10
Conselheiro – Representante do Poder Executivo

Fábio Ceconello – CPA 10
Conselheiro – Representante do Poder Legislativo

Paulo Henrique dos Santos – CPA 10
Conselheiro – Representante do Poder Executivo

CONSELHO FISCAL - Composição em 12/2020

Ligian Regina Kalvon – CPA 10
Conselheira Presidente - Representante dos Servidores Ativos

Reginaldo Aparecido Naves – CPA 10
Conselheiro – Representante do Poder Legislativo

Nívia Carla da Fonseca – CPA 10
Conselheira – Representante dos Servidores Ativos

Ademir Pereira – CPA 10
Conselheiro – Representante do Poder Executivo

Marcia Regina Ambrozini Lopes da Silva – CPA 10
Conselheira – Representante dos Servidores Inativos

COMITÊ DE INVESTIMENTOS - Composição em 12/2020

Adelson Chaves dos Santos – CPA 10
Analista Previdenciário

Brunno Henrique Sabin – CPA 10
Controlador Interno

Douglas Henrique Municelli – CPA 10
Diretor Administrativo e Financeiro

Ronaldo Naomassa Nakada – CPA 10
Analista Previdenciário



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

ful
⊙
sh
✓
⊙
215

SUMÁRIO

DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS



DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

5

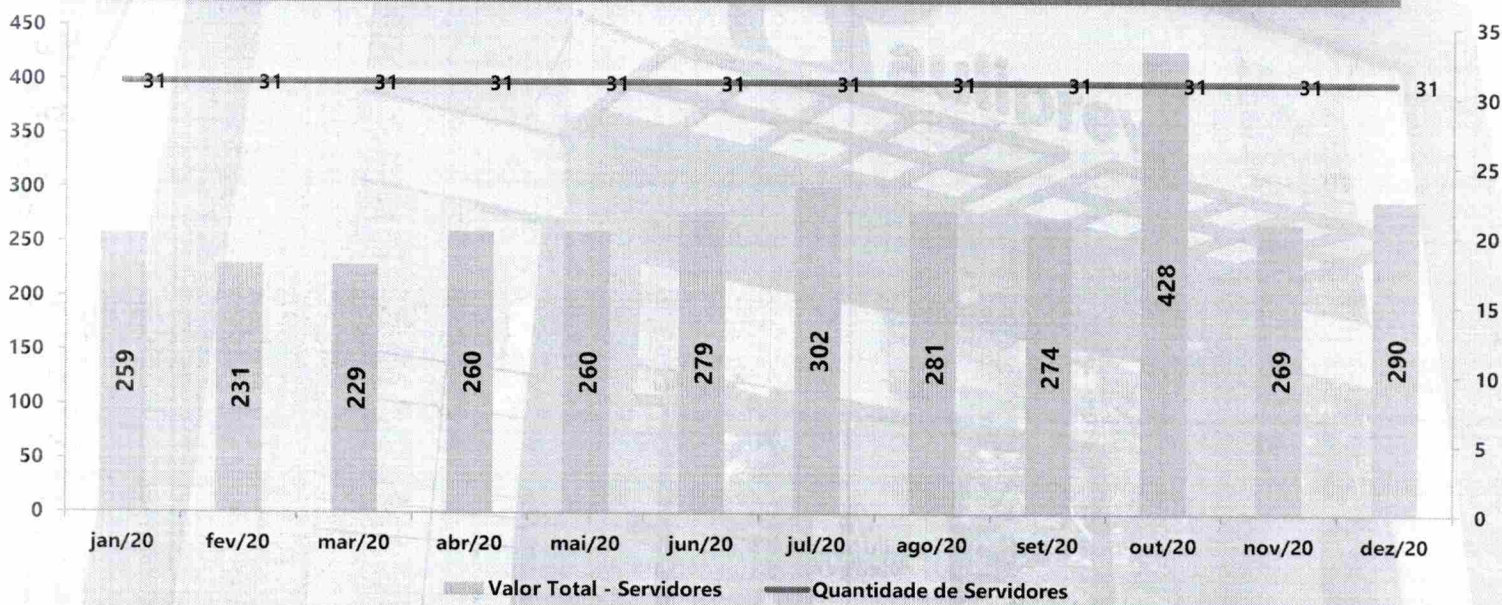
ful
A
Idr
K
to *RHS*

DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

Servidores PAULIPREV

Proventos (Em R\$ mil) e Quantidade

- A partir de Abril/2020, houve a implantação dos efeitos financeiros da Lei Complementar 73/2020, que dispôs sobre o Plano de Cargos e Salários dos Servidores da PAULIPREV
- Nos meses de Julho/2020 e Outubro/2020, foram pagas as duas parcelas referentes ao 13º salário

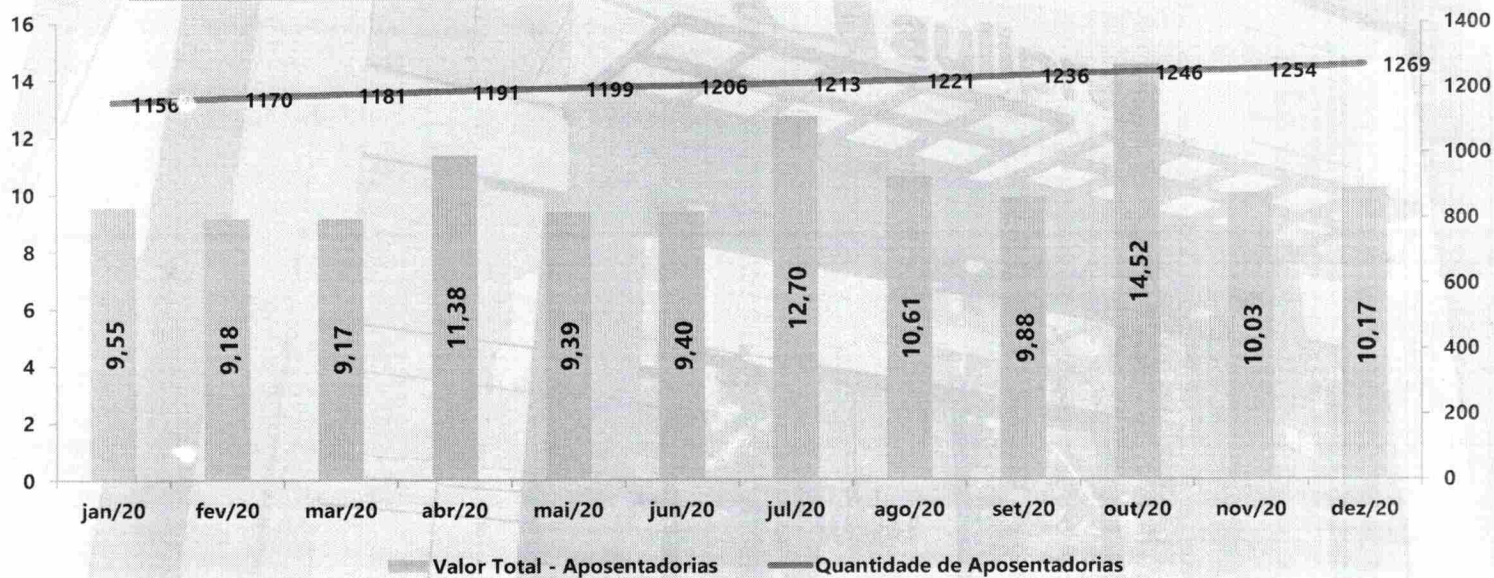


DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

Aposentados

Proventos (Em R\$ milhões) e Quantidade

- A partir de Abril/2020, houve a implantação dos efeitos financeiros das Leis Complementares 65/2017 e 66/2017 aos aposentados com direito à paridade
- Nos meses de Julho/2020 e Outubro/2020, foram pagas as duas parcelas referentes ao 13º salário



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

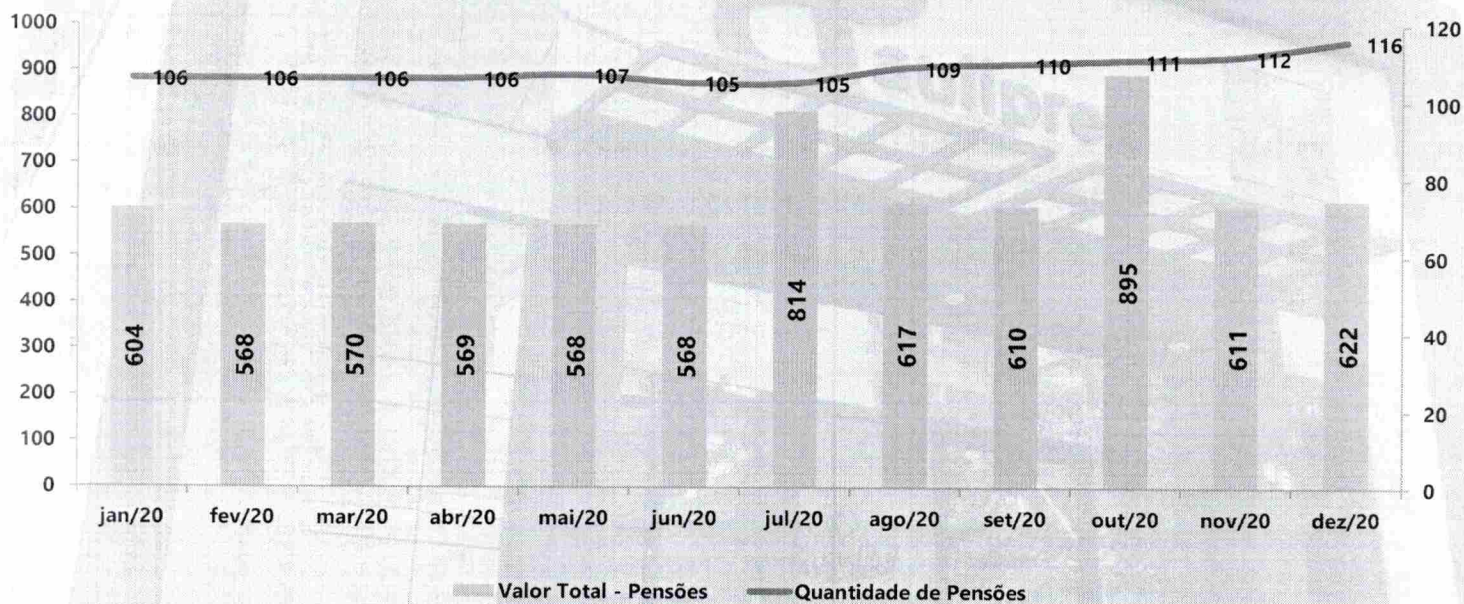
Handwritten signatures and initials in blue ink:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

Pensionistas

Proventos (Em R\$ mil) e Quantidade

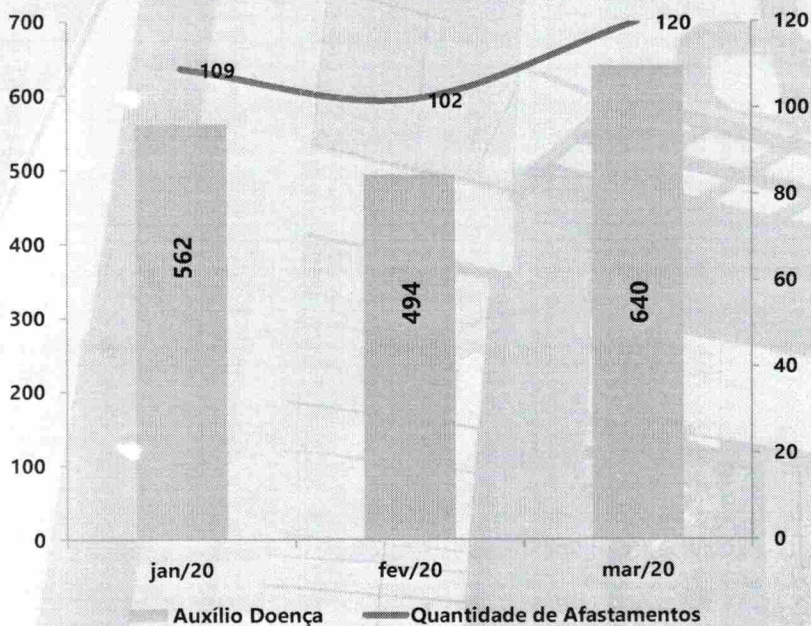
Nos meses de Julho/2020 e Outubro/2020, foram pagas as duas parcelas referentes ao 13º salário



DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

Auxílio Doença

Proventos (Em R\$ mil) e Quantidade



- Com a Emenda Constitucional 103 de 12/11/2019, a responsabilidade pelo pagamento do auxílio doença passou a ser do próprio ente federativo empregador.
- A PAULIPREV estendeu o pagamento do benefício até Março/2020, quando houve a finalização do processo de transição entre a autarquia e os entes federativos.
- Os valores pagos entre Novembro/2019 e Março/2020 – de competência do ente – foram ressarcidos ao instituto



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

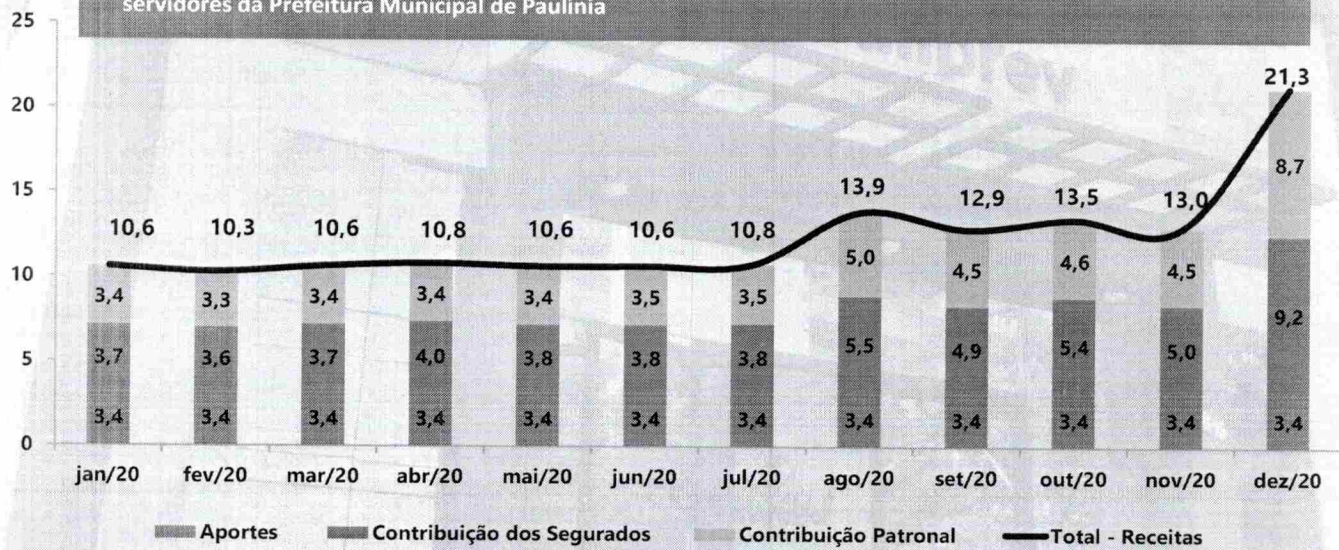
Handwritten signatures and initials:
 Fmk
 [Signature]
 [Signature]
 &
 PAS
 B

DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

Receitas – Contribuições Previdenciárias

Valores em R\$ milhões

- 90% das receitas previdenciárias foram oriundas das contribuições repassadas pela Prefeitura Municipal
- A partir de Agosto/2020, a alíquota previdenciária dos servidores e patronal passou de 11% para 14%
- Em Dezembro/2020, houve o recebimento das receitas de contribuições associadas ao 13º salário dos servidores da Prefeitura Municipal de Paulínia

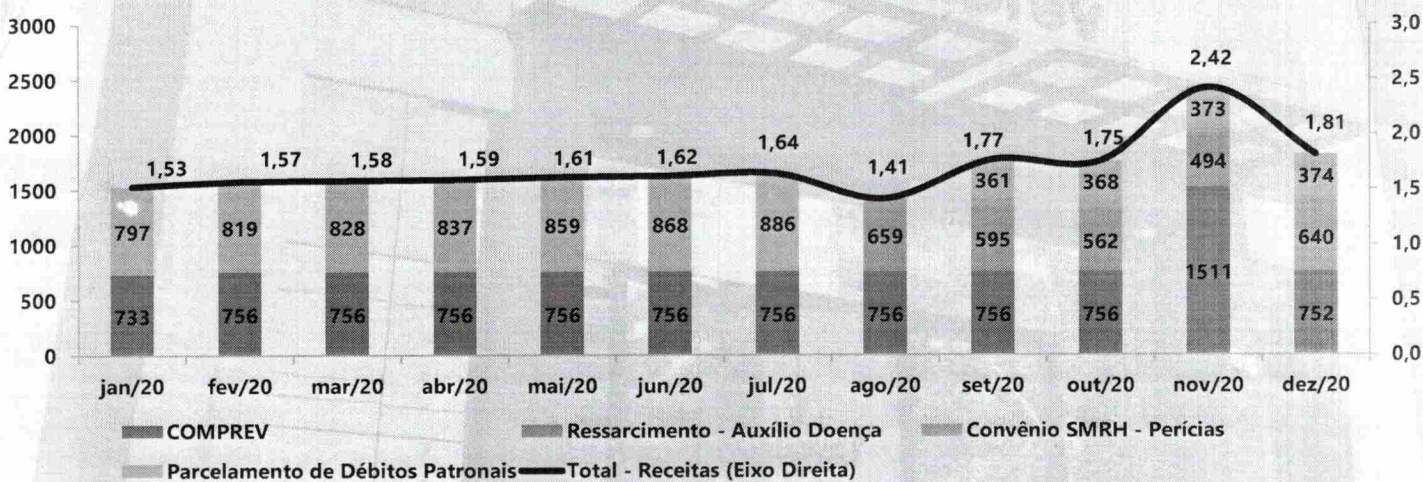


DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

Outras Receitas

Valores em R\$ mil (Eixo Esquerda) e Valores em R\$ milhões (Eixo Direita)

- O Acordo de Parcelamento 530/2015 foi finalizado em Julho/2020, enquanto que, em Setembro/2020 foram iniciados os Acordos de Parcelamento 406/2020 e 408/2020
- No mês de Novembro/2020, houve o recebimento da parcela referente ao 13º salário do COMPREV
- Entre Julho/2020 e Novembro/2020, a Prefeitura Municipal ressarciu o PAULIPREV em relação às despesas com Auxílio Doença realizadas após a Emenda Constitucional 103/2019
- A partir de Setembro/2020, a PAULIPREV passou a ser ressarcida pelas atividades realizadas pelo setor de Perícias no âmbito do Convênio SMRH 01/2020



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

Handwritten signatures and initials in blue ink:
 F26
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]
 PHS



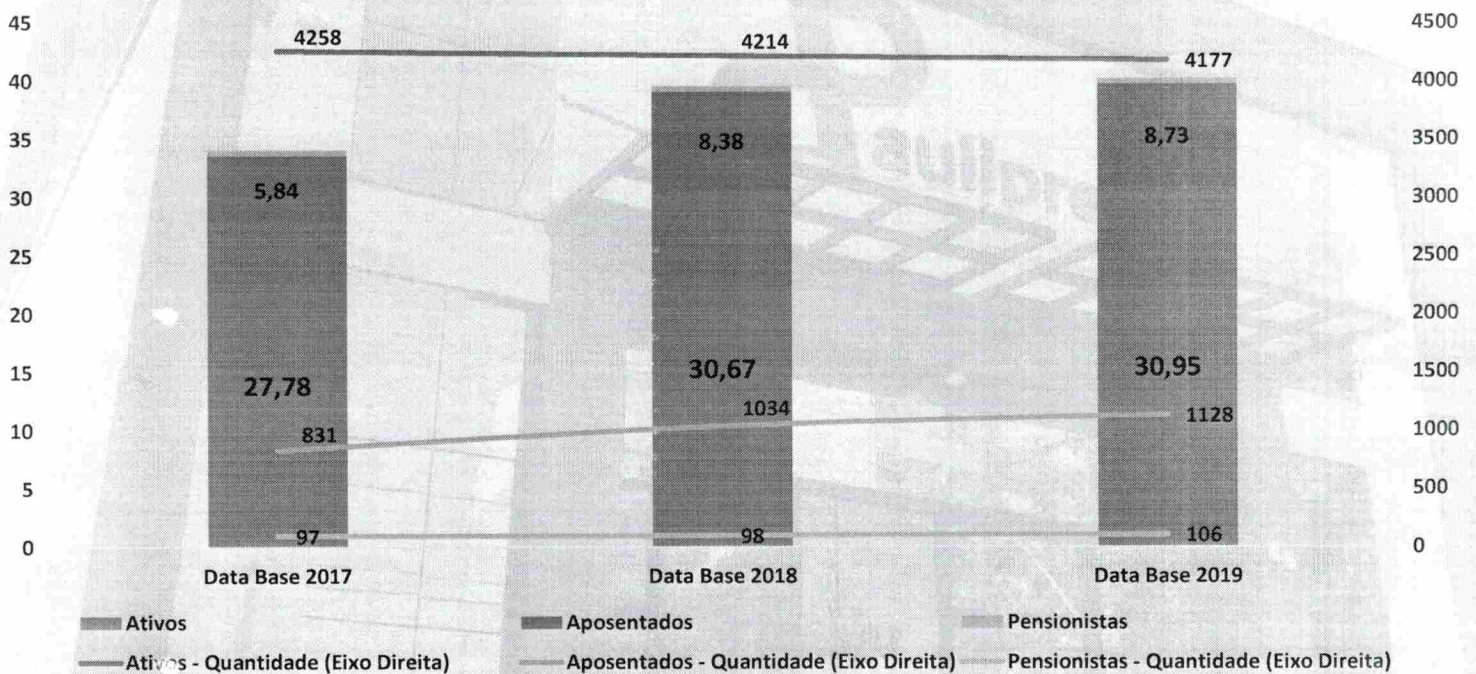
EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Comparação das avaliações atuariais de 2018, 2019 e 2020

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Características Populacionais

Folha de Pagamento Mensal em R\$ milhões e Quantidade de Segurados



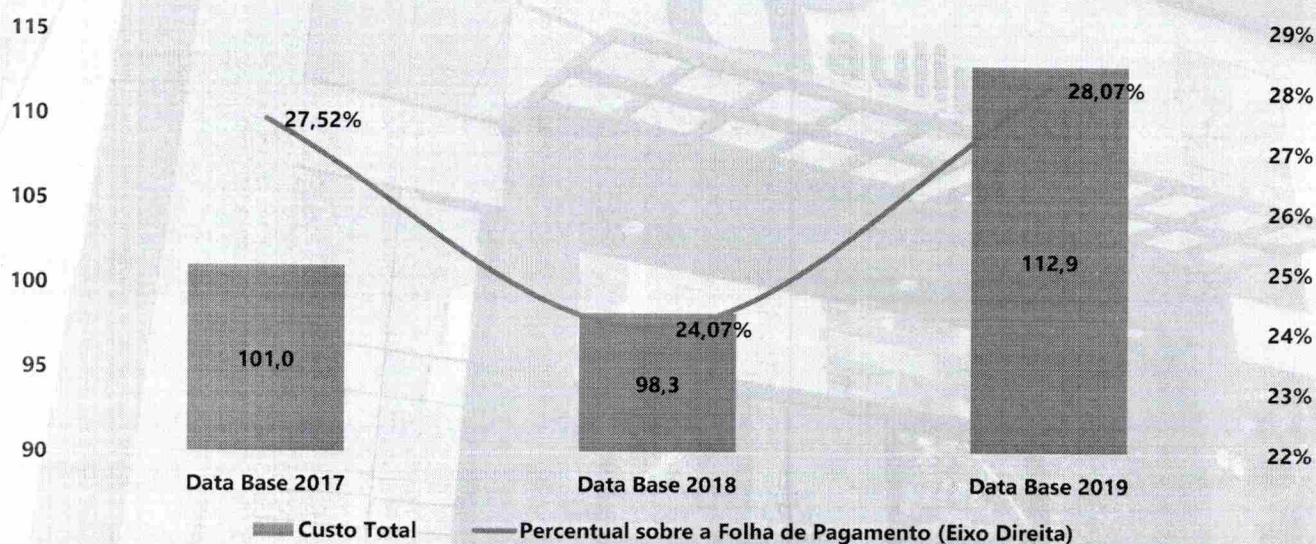
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL Custo Previdenciário Total

Em R\$ e em % do total da remuneração dos servidores ativos

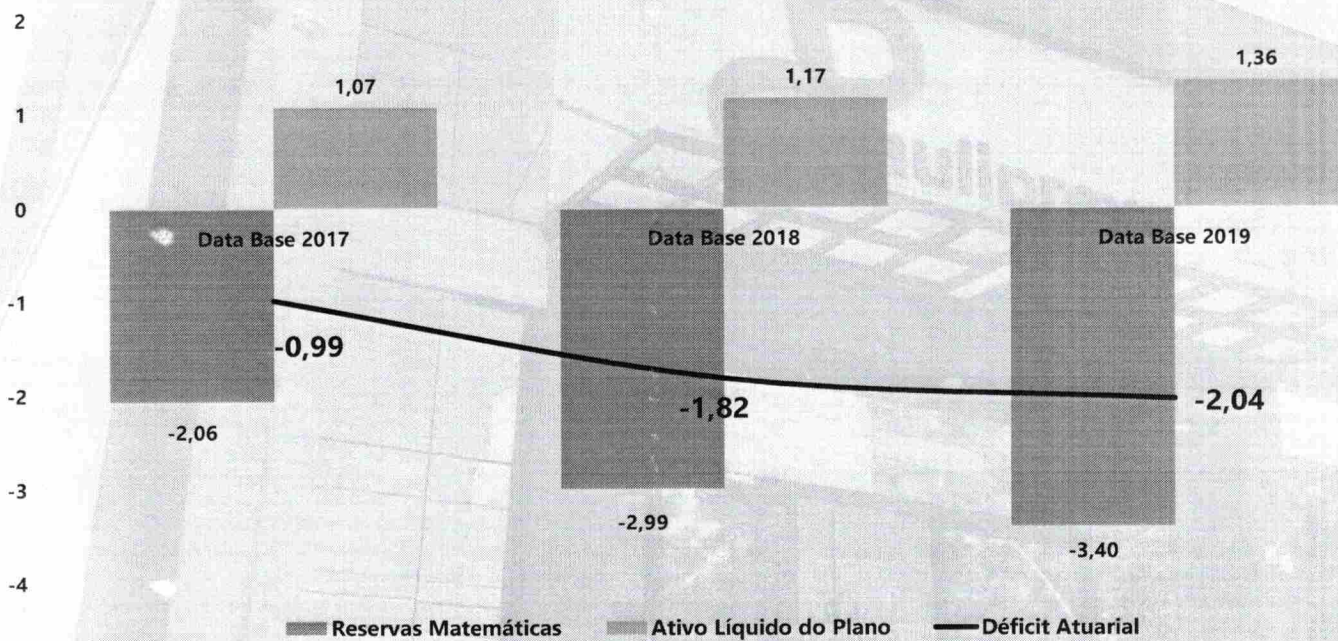
Em média, nas últimas três avaliações atuariais, o custo previdenciário total anual da PAULIPREV representou 26,55% da folha de pagamento mensal dos servidores ativos municipais



EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

Ativos e Passivos

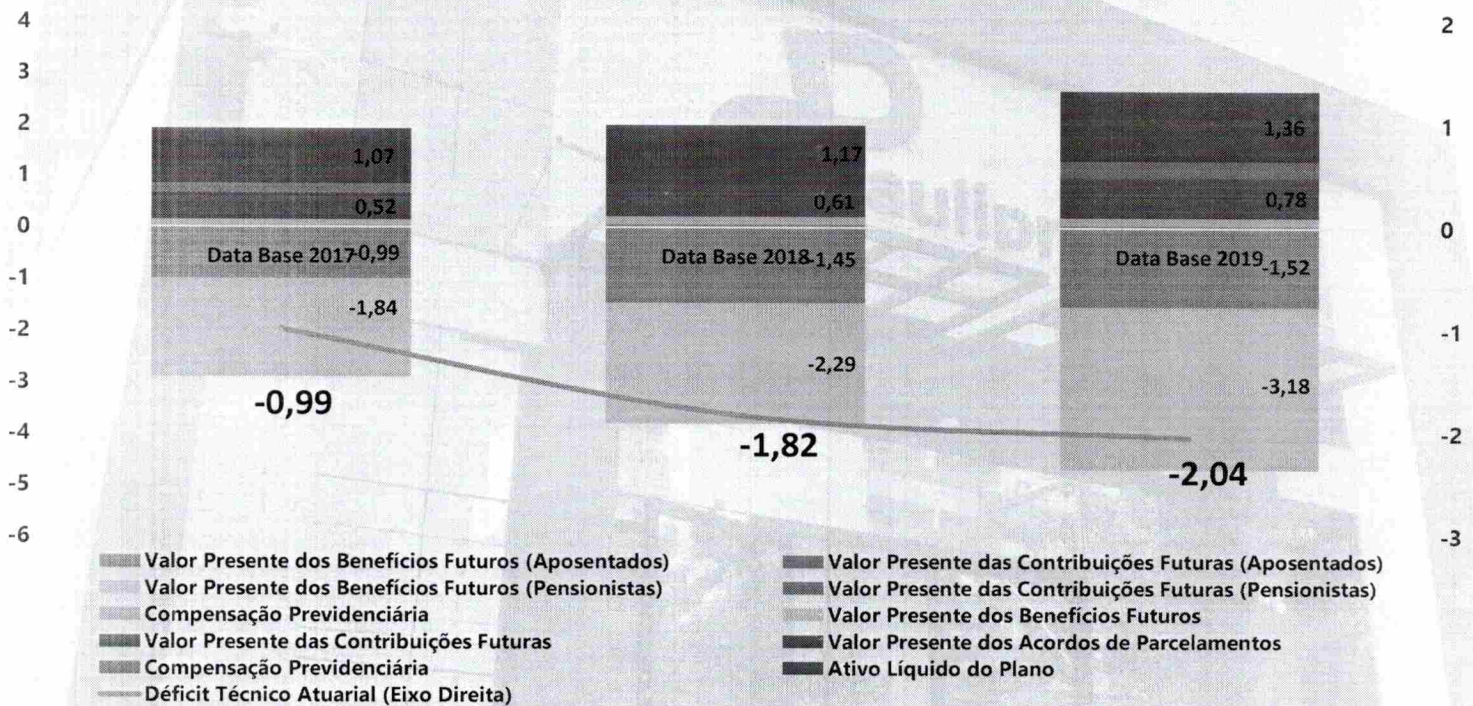
Valor em R\$ bilhões



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

SW
Idm
D
RHS
to

EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL Ativos e Passivos – Detalhamento Valor em R\$ bilhões





GESTÃO DE INVESTIMENTOS



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

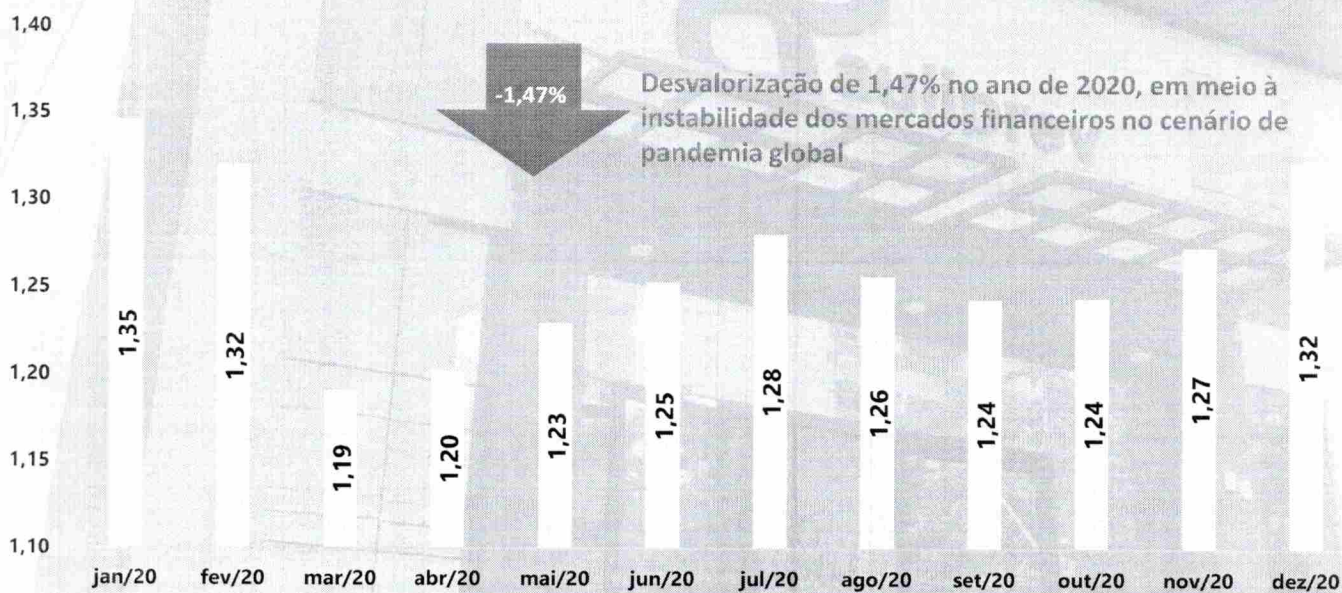
17

FW
Adm
PAS
LB

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Patrimônio Total

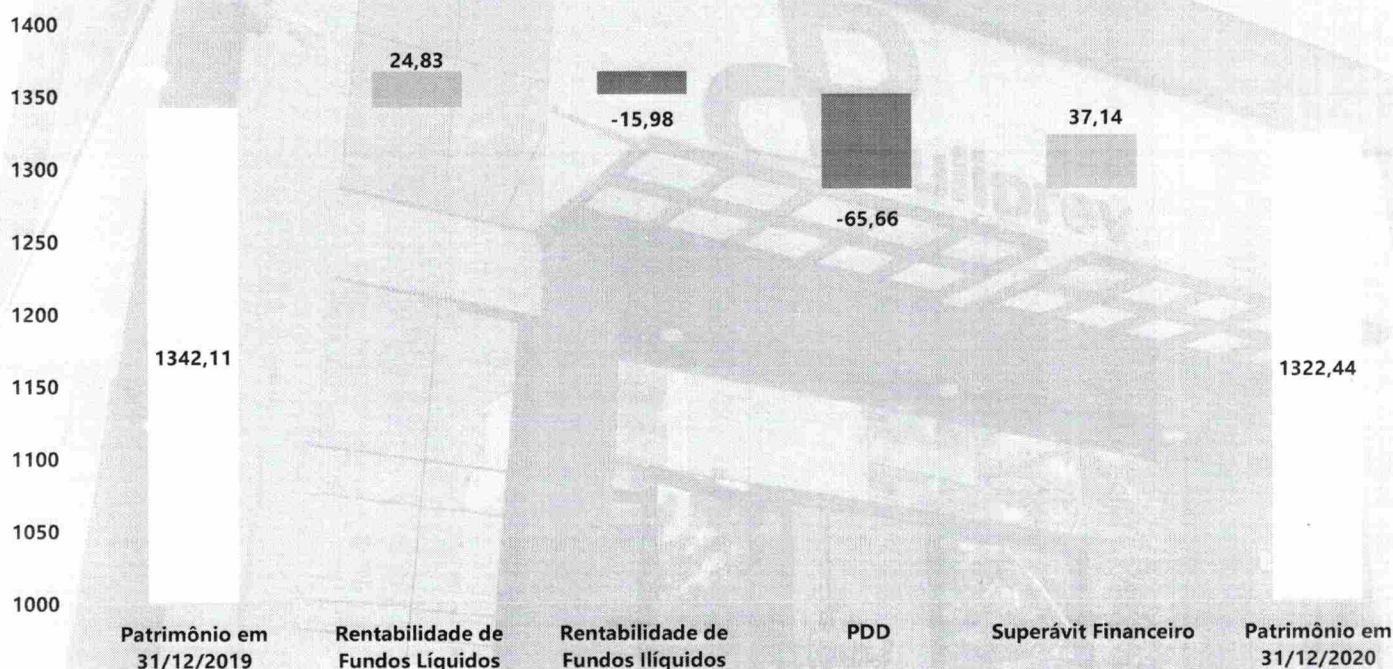
Valores em R\$ bilhões



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Composição do Desempenho da Carteira

Valores em R\$ milhões



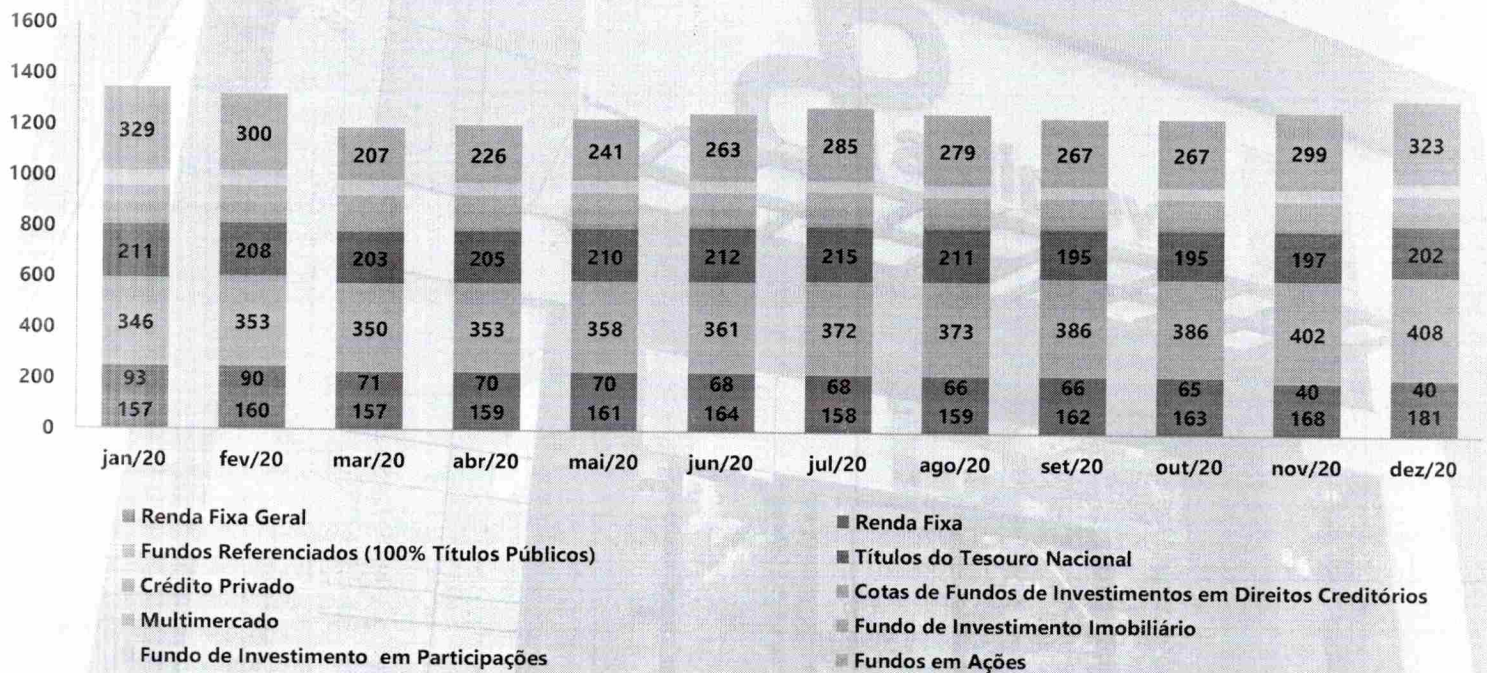
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

F. B.
P.
Idr
PHS
O

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Patrimônio por tipo de aplicação

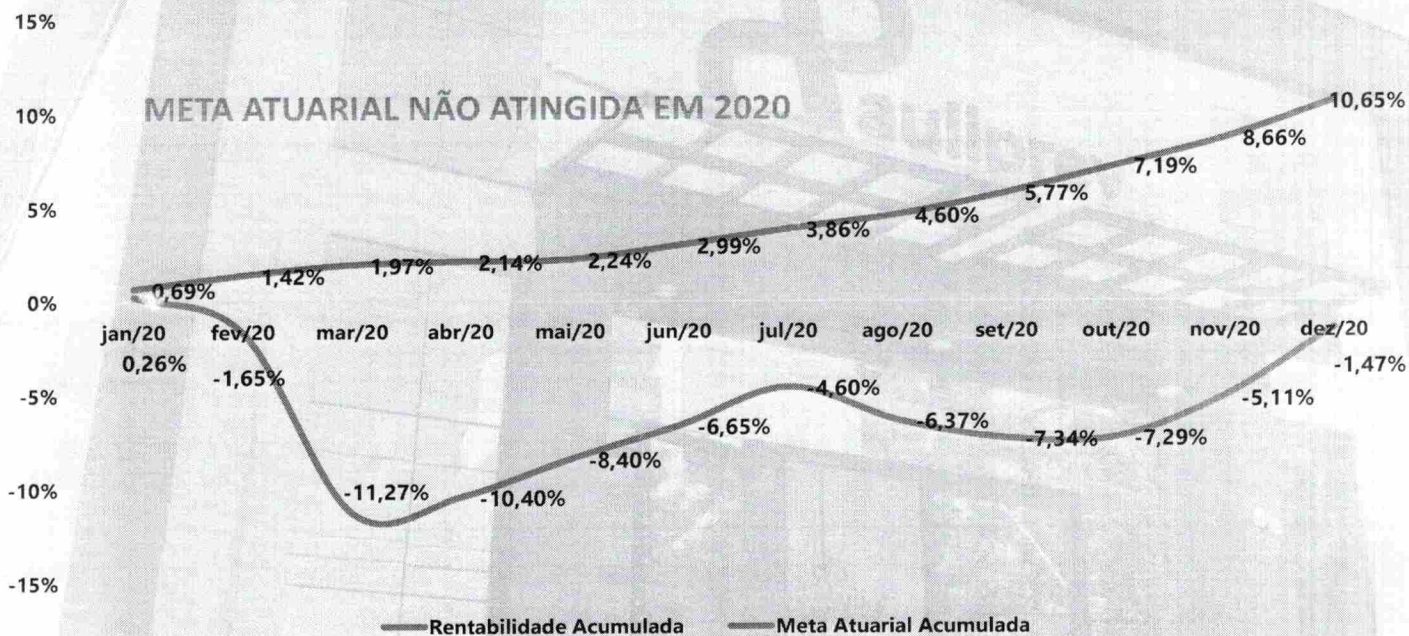
Valores em R\$ milhões



GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Rentabilidade Bruta x Meta Atuarial

Em % (acumulado em 2020)



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

Handwritten signatures and initials:
 T. B.
 P.
 T. B.
 P. H. S.
 B.

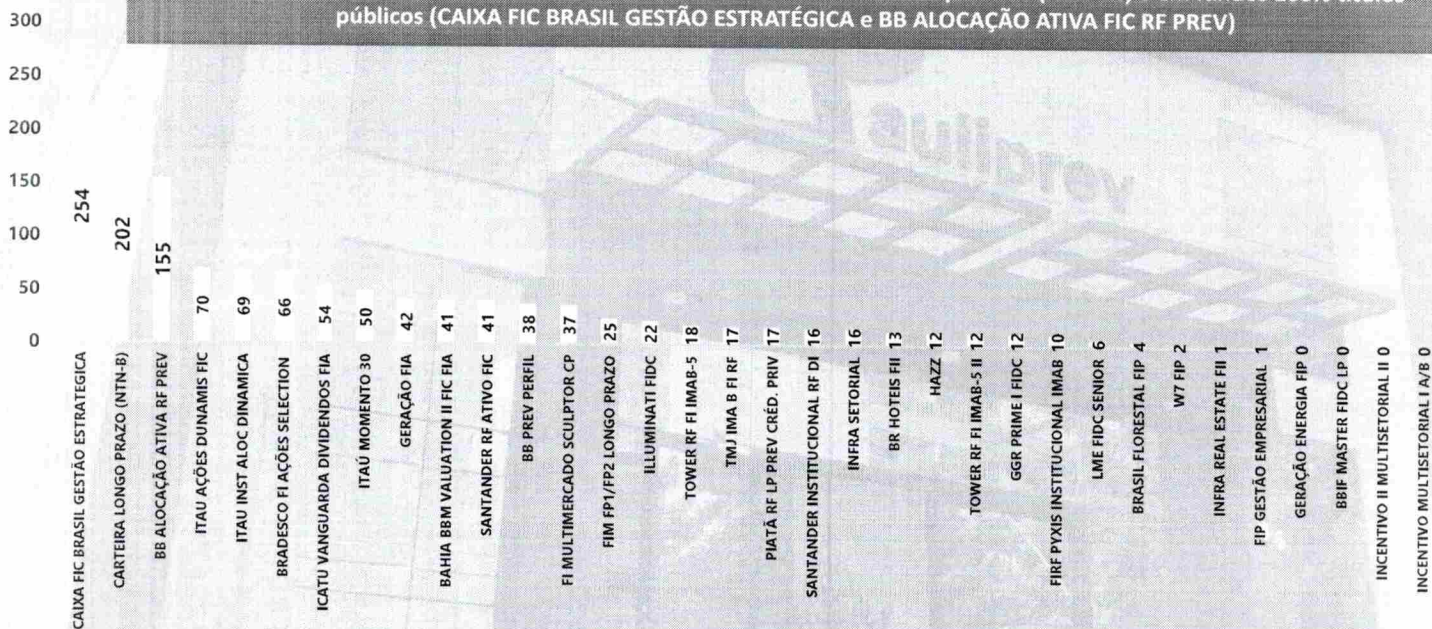
GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Patrimônio por Fundos

Situação em Dez/2020

Valores em R\$ milhões

Em Dezembro/2020, 46,1% dos recursos estavam concentrados em títulos públicos (NTN-Bs) e em fundos 100% títulos públicos (CAIXA FIC BRASIL GESTÃO ESTRATÉGICA e BB ALOCAÇÃO ATIVA FIC RF PREV)

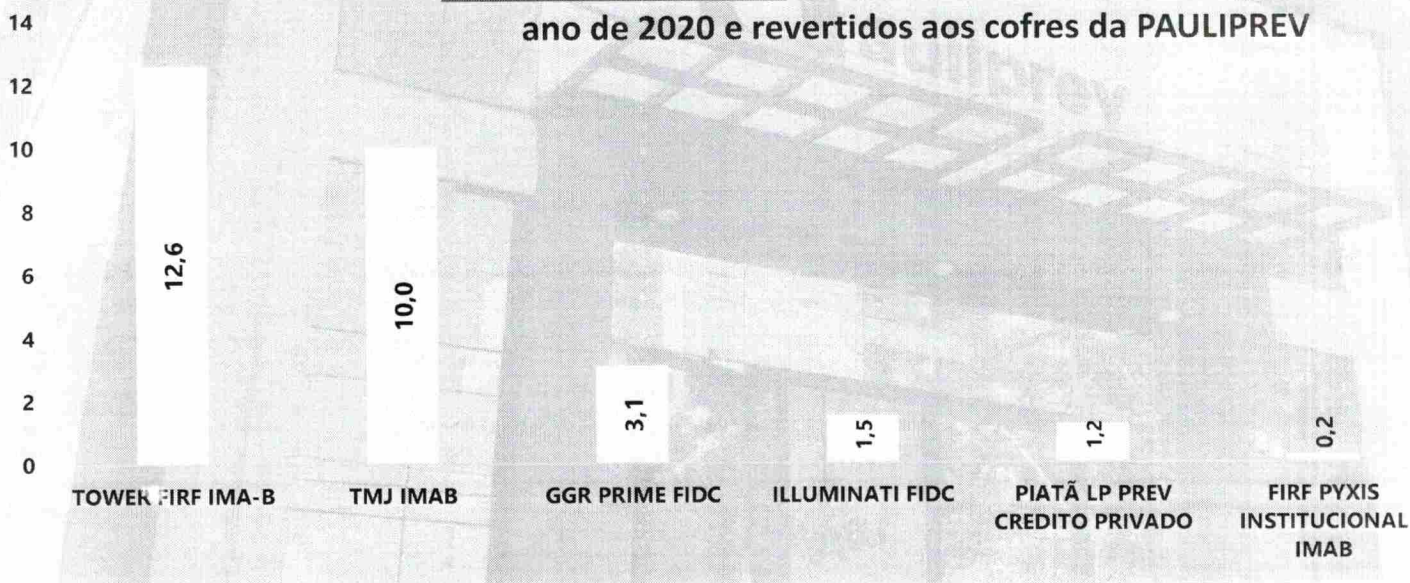


GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Recuperação de Fundos Estressados – 2020

Valores em R\$ milhões

R\$ 28,6 milhões recuperados de fundos estressados no ano de 2020 e revertidos aos cofres da PAULIPREV

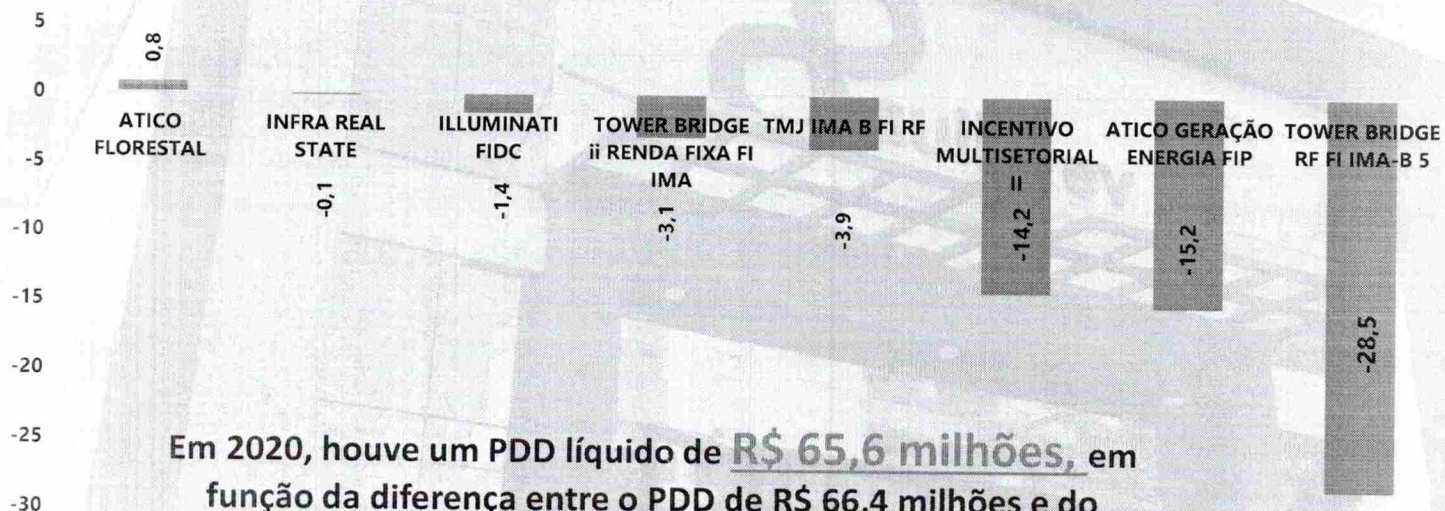


INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Reprocessamento de Cotas – 2020

Valores em R\$ milhões



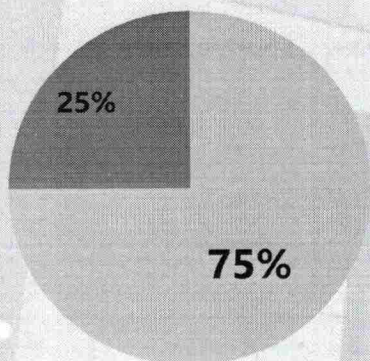
Em 2020, houve um PDD líquido de **R\$ 65,6 milhões**, em função da diferença entre o PDD de R\$ 66,4 milhões e do reprocessamento positivo de R\$ 756 mil

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Patrimônio por Grau de Liquidez

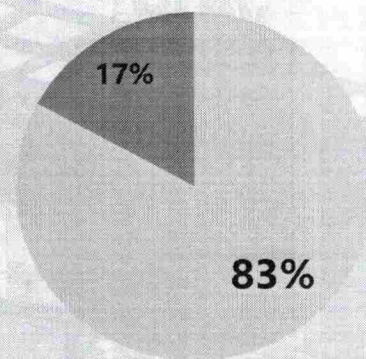
Participação sobre o Total - Em %

Situação em 31/12/2019



Fundos Líquidos ■ Fundos Ilíquidos

Situação em 31/12/2020



Fundos Líquidos ■ Fundos Ilíquidos

fake
Adm
&
DHS
B



ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Reuniões do Conselho Administrativo e Reuniões Conjuntas do Conselho Administrativo e Fiscal 2020

13/01/2020 Deliberação sobre apresentação de contas do Conselho Fiscal; Antecipação da 1ª parcela do 13º Salário; Contratação de Seguro Predial e Manutenção de Website e E-mail Corporativo; Movimentações Financeiras; Informações sobre PL 71/2019 (Aporte do Déficit Atuarial)

27/01/2020 Contrato FIPE; Processo de Prova de Vida; ADIN da Migração de 2001; Eleição Suplementar para Vacância do Cargo de Conselheiro Administrativo Inativo;

03/02/2020 Relatório Gerencial 11/2019 e 12/2019; Contratação de Serviços de Custódia;

17/02/2020 Relatório Quadrimestral do Conselho Fiscal; Aplicação dos recursos do aporte em fundo específico; Composição da Comissão de PAD PAULIPREV;

09/03/2020 Custos de Impressão de Cédula com Foto para Eleição da PAULIPREV; Composição da Comissão de PAD PAULIPREV; Desconto em Folha (Sindicato, ASMUP e ADESPP); PL 20/2020 (Alíquota Previdenciária);

25/03/2020 Implemento do Impacto Financeiro das Leis 65/2017 e 66/2017 para os inativos com integralidade e paridade; PL 05/2020 – PCCV PAULIPREV;

13/04/2020 Contrato de Locação de Veículos; Aditamento do Contrato de Consultoria Atuarial; Apresentação de Investimentos;

29/04/2020 Prorrogação do Concurso da PAULIPREV; Transferência do Auxílio Doença; Aposentadorias Especiais (SV 33 STF); PL do Parcelamento de Débitos Patronais;

13/05/2020 Relatório Gerencial 01/2020 e 02/2020

27/05/2020 Relatório do Conselho Fiscal (2019 e 1T2020); Contrato de Locação de Impressoras; Implemento do Impacto Financeiro das Leis 65/2017 e 66/2017 para os inativos com integralidade e paridade;

08/06/2020 Plano de Ação de 2020; Ratificação para movimentações financeiras; aprovação das contas de 2019 pelo Conselho Fiscal; Contrato com os Correios;

22/06/2020 Relatório Contábil de 2019;

06/07/2020 Relatório FOCUS (Posição da Carteira de Investimentos); Recondução da Presidência do Conselho Administrativo;

20/07/2020 Apresentação do Relatório Atuarial (31/12/2019); Discussão e deliberação; Assuntos Diversos;

03/08/2020 Realocação de Valores Recuperados em Fundos; Contrato de Locação de Container; Contrato de Software de Gestão de Ponto Eletrônico; Contrato de Consultoria Financeira; Assuntos Diversos;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

27

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'F. O.', 'A.', 'P. A. S.', and 'B. O.'.

ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Reuniões do Conselho Administrativo e Reuniões Conjuntas do Conselho Administrativo e Fiscal 2020

17/08/2020 Acordo de Parcelamento; Convênio SMRH Perícias; Eleição Suplementar para Vacância do Cargo de Conselheiro Administrativo Inativo; Regimento Interno dos Conselhos;

02/09/2020 Aplicação de recursos resgatados (LFT); Projeção Orçamentária para 2021; Eleição Suplementar para Vacância do Cargo de Conselheiro Administrativo Inativo; Regimento Interno dos Conselhos; Regimento Interno dos Conselhos; Assuntos Diversos

21/09/2020 Contrato do Sistema de Contabilidade; Convênio SMRH Perícias; Eleição Suplementar para Vacância do Cargo de Conselheiro Administrativo Inativo; Pró-Gestão Nível II; Assuntos Diversos;

01/10/2020 Deliberação sobre itens do Edital de AGC do fundo PIATÃ

05/10/2020 Relatório Trimestral do Conselho Fiscal; Contratação de empresa para digitalização de documentos Contratação de empresa de locação de software para hospedagem de documentos digitalizados; Contratação de Software de Análise Financeira; Assuntos Diversos;

19/10/2020 Contrato de Locação de Computadores; Encerramento de Contrato de Consultoria Financeira; Revisão do Regimento Interno do Conselho Administrativo; Assuntos Diversos;

03/11/2020 Apresentação de Conselheira Eleita; Relatório Gerencial (07/2020 e 08/2020); Membro do Conselho Administrativo para compor Comissão de Gestão de Carreiras (LC 73/2020) ; Contrato de Sistema de Folha de Pagamento; Assuntos Diversos;

16/11/2020 Contratação de Empresa de Clipping Digital; Relatório de Investimentos; Assuntos Diversos;

01/12/2020 Apresentação e deliberação sobre a Política de Investimentos 2021; Assuntos Diversos

14/12/2020 Apresentação do Relatório Trimestral pelo Conselho Fiscal; Apresentação e deliberação do Relatório de Governança Corporativa 2018/2019; Regimento Interno do Conselho Administrativo; Assuntos Diversos

18/12/2020 Apresentação e deliberação do Relatório de Governança Corporativa 2018/2019; Assuntos Diversos

ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Reuniões do Conselho Fiscal

2020

21/01/2020 Análise de Processos de Empenho, Demonstrativos Financeiros, Contratos e Demais Documentos referentes ao mês de 12/2019; Assuntos Diversos;

30/01/2020 Parecer Final das Contas Quadrimestrais; Assuntos Diversos;

14/02/2020 Análise de Processos de Empenho, Demonstrativos Financeiros, Contratos e Demais Documentos referentes ao mês de 01/2020; Assuntos Diversos;

13/03/2020 Análise de Processos de Empenho, Demonstrativos Financeiros, Contratos e Demais Documentos referentes ao mês de 01/2020; Assuntos Diversos;

26/03/2020 Carteira de Investimentos; Assuntos Diversos;

22/03/2020 Análise de Processos de Empenho, Demonstrativos Financeiros, Contratos e Demais Documentos referentes ao mês de 03/2020; Assuntos Diversos;

14/05/2020 Análise de Processos de Empenho, Demonstrativos Financeiros, Contratos e Demais Documentos referentes ao mês de 04/2020; Parecer Anual de 2019 e Trimestral de 2020; Assuntos Diversos;

22/06/2020 Análise de Processos de Empenho, Demonstrativos Financeiros, Contratos e Demais Documentos referentes ao mês de 03/2020; Assuntos Diversos;

07/07/2020 Competências do Conselho Fiscal;

15/07/2020 Análise de Processos de Empenho, Demonstrativos Financeiros, Contratos e Demais Documentos referentes ao mês de 06/2020; Assuntos Diversos;

18/08/2020 Análise de Processos de Empenho; Assuntos Diversos;

24/08/2020 Análise de Processos de Aposentadoria; Assuntos Diversos;

10/09/2020 Análise de Processos de Aposentadoria; Assuntos Diversos;

22/09/2020 Análise de Processos de Empenho (08/2020); Assuntos Diversos;

20/10/2020 Análise de Processos de Empenho (09/2020); Assuntos Diversos;

10/11/2020 Análise de Processos de Aposentadoria; Assuntos Diversos;



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

29

Feb
P
PDS
lb

ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

Reuniões do Comitê de Investimentos

2020

28/01/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (TOWER RF IMAB); Valores Recebidos; Realocações; Perspectivas;

02/03/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (FI MULTIMERCADO SCULPTOR CP, FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB, GGR PRIME FIDC, W7 FIP MULTIESTRATEGIA); Valores Recebidos; Realocações; Perspectivas;

02/04/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

30/04/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (BBIF MASTER FIDC LP) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

30/05/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (FII INFRA REAL ESTATE, TMJ IMA B FI RF, FII BR HOTEIS, BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA, INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II, FIRF PYXIS INSTITUCIONAL IMAB) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

30/06/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (FIP GESTÃO EMPRESARIAL MULTIESTRATÉGIA; ILLUMINATI FIDC; W7 FIP MULTIESTRATÉGIA; INCENTIVO MULTISSETORIAL I FIDC; INCENTIVO FIDC MULTISSETORIAL II) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

31/07/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA, GERAÇÃO ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA, LME REC MULTIESTRATÉGIA IPCA,) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

30/08/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (GGR PRIME FIDC, BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA, FIP GESTÃO EMPRESARIAL MULTIESTRATÉGIA) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

29/09/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (TOWER RF IMAB, TOWER II RF FI IMAB5, BRASIL FLORESTAL FIP MULTIESTRATÉGIA, FI MULTIMERCADO SCULPTOR CP, FIP GESTÃO EMPRESARIAL MULTIESTRATÉGIA) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

29/10/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (GERAÇÃO ENERGIA FIP MULTIESTRATÉGIA, PIATÃ FI RF LP CP, HAZ FII) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

30/11/2020 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (INFRA REAL ESTATE FII, W7 FIP MULTIESTRATÉGIA, GGRE PRIME FIDC) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;

05/01/2021 Cenário Econômico; Carteira de Investimentos; Variação da Carteira; Estimativa da Carteira Real; Deliberação sobre Fundos (FIP GESTÃO EMPRESARIAL MULTIESTRATÉGIA) Valores Recebidos; Realocações; Fato Relevante; Perspectivas;





ATIVIDADES INSTITUCIONAIS



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

31

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'P' and the number '245']

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Gestão Orçamentária

Receitas (Em R\$ correntes)

Tipos de Receitas	2020	
	Receita Orçada	Receita Realizada
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS - PREFEITURA	R\$ 45.000.000,00	R\$ 49.001.322,91
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS - CÂMARA	R\$ 750.000,00	R\$ 972.822,41
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS - PAULIPREV	R\$ 250.000,00	R\$ 285.767,00
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS - CEDIDOS	R\$ 3.000,00	R\$ 38.079,83
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS - AUXÍLIO DOENÇA	R\$ 1.115.000,00	R\$ 2.857,68
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS - INATIVOS	R\$ 4.100.000,00	R\$ 4.878.865,06
CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS - PENSIONISTAS	R\$ 80.000,00	R\$ 99.921,16
REMUNERAÇÃO DOS RECURSOS DO RPPS	R\$ 5.500.000,00	R\$ 13.693.696,98
RESTITUIÇÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ -	R\$ 1.301.569,89
RESSARCIMENTOS	R\$ -	R\$ 163.989,56
COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS ENTRE O RPPS E O RGPS	R\$ 13.500.000,00	R\$ 9.770.423,50
OUTRAS RECEITAS	R\$ 15.000,00	R\$ 7.809,87
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PREFEITURA	R\$ 45.000.000,00	R\$ 49.061.117,67
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - CÂMARA	R\$ 750.000,00	R\$ 976.882,51
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - PAULIPREV	R\$ 250.000,00	R\$ 284.713,99
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - CEDIDOS	R\$ 3.000,00	R\$ 50.420,69
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL - AUXÍLIO DOENÇA	R\$ 1.115.000,00	R\$ -
PARCELAMENTO DE DÉBITOS PATRONAIS - PRINCIPAL	R\$ 2.500.000,00	R\$ 7.369.725,51
PARCELAMENTO DE DÉBITOS PATRONAIS - MULTAS E JUROS	R\$ 1.850.000,00	R\$ -
APORTES DÉFICIT ATUARIAL - PREFEITURA	R\$ 45.000.000,00	R\$ 40.281.328,82
APORTES DÉFICIT ATUARIAL - CÂMARA	R\$ 750.000,00	R\$ 490.779,96
APORTES DÉFICIT ATUARIAL - PAULIPREV	R\$ 250.000,00	R\$ -
APORTES DÉFICIT ATUARIAL - CEDIDOS	R\$ 3.000,00	R\$ 7.102,18
APORTES DÉFICIT ATUARIAL - AUXÍLIO DOENÇA	R\$ 1.115.000,00	R\$ -
APORTES DÉFICIT ATUARIAL - MULTA E JUROS	R\$ 5.000,00	R\$ -
RECEITA ORÇAMENTÁRIA TOTAL	R\$ 168.904.000,00	R\$ 178.739.197,18

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Gestão Orçamentária

Despesas (Em R\$ correntes)

Grupo de Despesa	Tipo de Despesa	2020	
		Dotação Inicial	Despesa Realizada
CONSTRUÇÃO DE SEDE PARA O PAULIPREV	OBRAS E INSTALAÇÕES	R\$ 101.700,00	R\$ -
MANUTENÇÃO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	R\$ 4.060.000,00	R\$ 3.362.271,13
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	R\$ 24.000,00	R\$ -
	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	R\$ 680.000,00	R\$ 284.713,99
	MATERIAL DE CONSUMO	R\$ 85.000,00	R\$ 32.869,63
	SERVIÇOS DE CONSULTORIA	R\$ 100.000,00	R\$ 31.196,67
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	R\$ 550.000,00	R\$ 515.986,94
	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R\$ 2.800.000,00	R\$ 155.970,31
	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R\$ 57.000,00	R\$ 13.162,82
	AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS	R\$ 101.700,00	R\$ -
	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	R\$ 110.000,00	R\$ 8.862,52
	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	R\$ 540.000,00	R\$ 212.186,36
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	APOSENTADORIAS E REFORMAS	R\$ 116.000.000,00	R\$ 125.961.916,66
	PENSÕES	R\$ 7.500.000,00	R\$ 7.614.966,94
	OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS	R\$ 10.500.000,00	R\$ 25.978,92
	SENTENÇAS JUDICIAIS	R\$ 500.000,00	R\$ 481.347,98
	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES - INTRA-ORÇAMENTÁRIO	R\$ 50.000,00	R\$ -
CONTRIBUIÇÕES	CONTRIBUIÇÕES	R\$ 50.000,00	R\$ -
ENCARGOS ESPECIAIS	PASEP	R\$ 130.000,00	R\$ -
RESERVA	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	R\$ 24.964.600,00	R\$ -
DESPESA ORÇAMENTÁRIA TOTAL		R\$ 168.904.000,00	R\$ 138.701.430,87



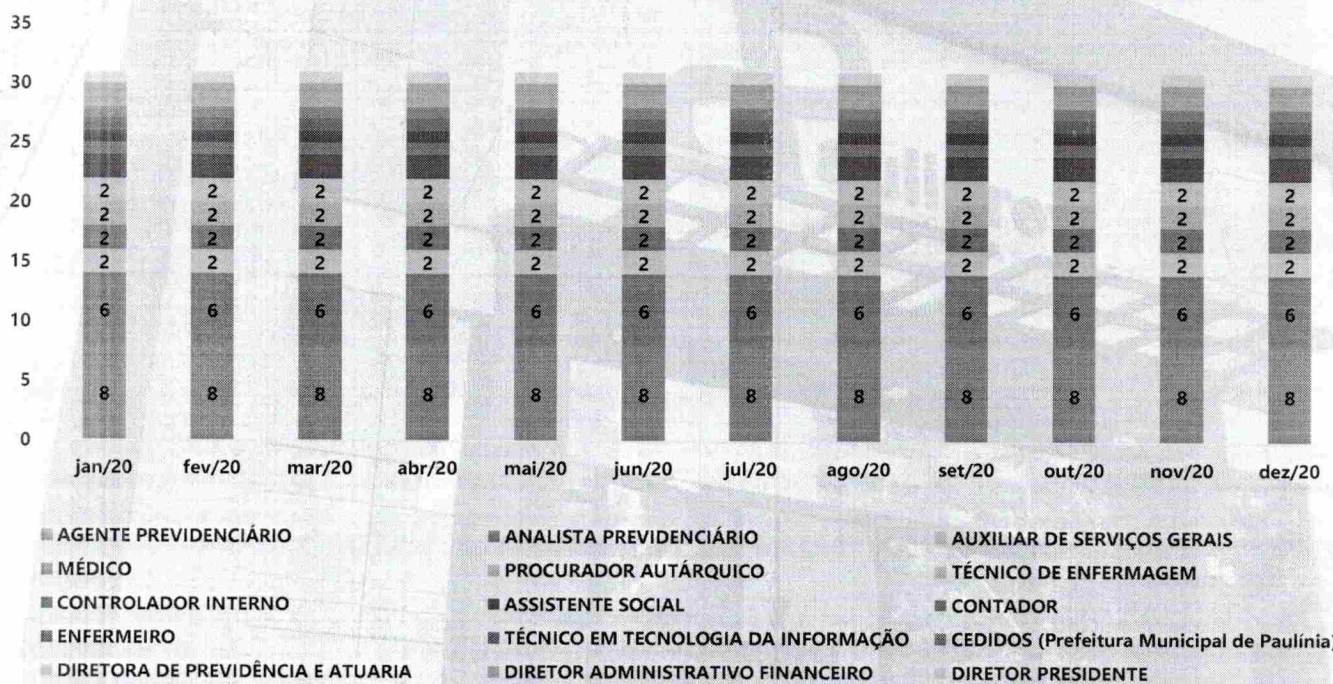
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

Handwritten signatures and initials:
 Fab
 PHS
 B

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Gestão de Pessoas

Quantidade de Servidores



ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Situação de Contratos (Dez/2020)

Contratos de valor fixo

FORNECEDOR	OBJETO	PROCESSO ADM	CONTRATO	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
CONTRATOS FIXOS					
ANDRE MATTEIS MARTINS BONILHA	Locação do Imóvel Sede	Dispensa de Licitação 01/2017	Contrato 01/2017	R\$ 151.934,76	R\$ 12.661,23
A2 WORKS LTDA	Locação de Computadores	Pregão Presencial 05/2018	Contrato 05/2018	R\$ 93.341,80	R\$ 7.778,48
GCASPP CONSULTORIA CONTÁBIL E SISTEMA LTDA - EPP	Sistema Contábil	Pregão Presencial 04/2019	Contrato 04/2019	R\$ 77.346,36	R\$ 6.445,53
FAC LOCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS	Sistema de Folha de Pagamento	Pregão Presencial 03/2019	Contrato 12/2019	R\$ 33.000,00	R\$ 2.750,00
PRADO E BARSÍ LTDA ME	Locação de Impressoras e Scanner	Pregão Presencial 01/2018	Contrato 01/2018	R\$ 29.400,00	R\$ 2.450,00
LUSA LOCADORA DE VEICULOS LTDA	Locação de Veículo	Convite 01/2017	Contrato 04/2017	R\$ 21.698,52	R\$ 1.808,21
ALIANÇA ATUARIAL LTDA - EPP	Consultoria Atuarial	Pregão Presencial 02/2019	Contrato 002/2019	R\$ 20.680,20	R\$ 1.723,35
D B ROZZI-ME	Locação de Ar Condicionado	Dispensa de Licitação 46/2018	Contrato 07/2018	R\$ 10.494,78	R\$ 874,56
INSTITUTO TOTUM	Consultoria - Pró-Gestão	Dispensa de Licitação 26/2019	Contrato 06/2019	R\$ 9.500,00	-
PARAMITA TECNOLOGIA CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA	Software Análise Financeira	Inexigibilidade 01/2020	Contrato 04/2020	R\$ 8.208,00	R\$ 684,00
RODOLFO DORNE & CIA LTDA - ME	Manunção do Website	Dispensa de Licitação 01/2019	Contrato 01/2019	R\$ 5.080,88	R\$ 423,40
SOLUÇÕES EQUIPAMENTOS	Locação de Container (Arquivo Morto)	Dispensa de Licitação 03/2018	Contrato 03/2018	R\$ 3.423,00	R\$ 285,25
ALLIANZ SEGUROS S/A	Seguro Predial	Dispensa de Licitação 105/2019		R\$ 2.806,87	R\$ 233,91
ALGAR TELECOM S/A	Backup em Nuvem	Dispensa de Licitação 12/2019	Contrato 05/2019	R\$ 2.760,00	R\$ 230,00
GRIFON BRASIL	Boletim de Publicações	Dispensa de Licitação 41/2020	Contrato 07/2020	R\$ 942,00	R\$ 78,50
REPDATA	Relógio Ponto	Dispensa de Licitação 81/2019	Contrato 11/2019	R\$ 831,00	R\$ 69,25



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Situação de Contratos (Dez/2020)

Contratos de valor variável

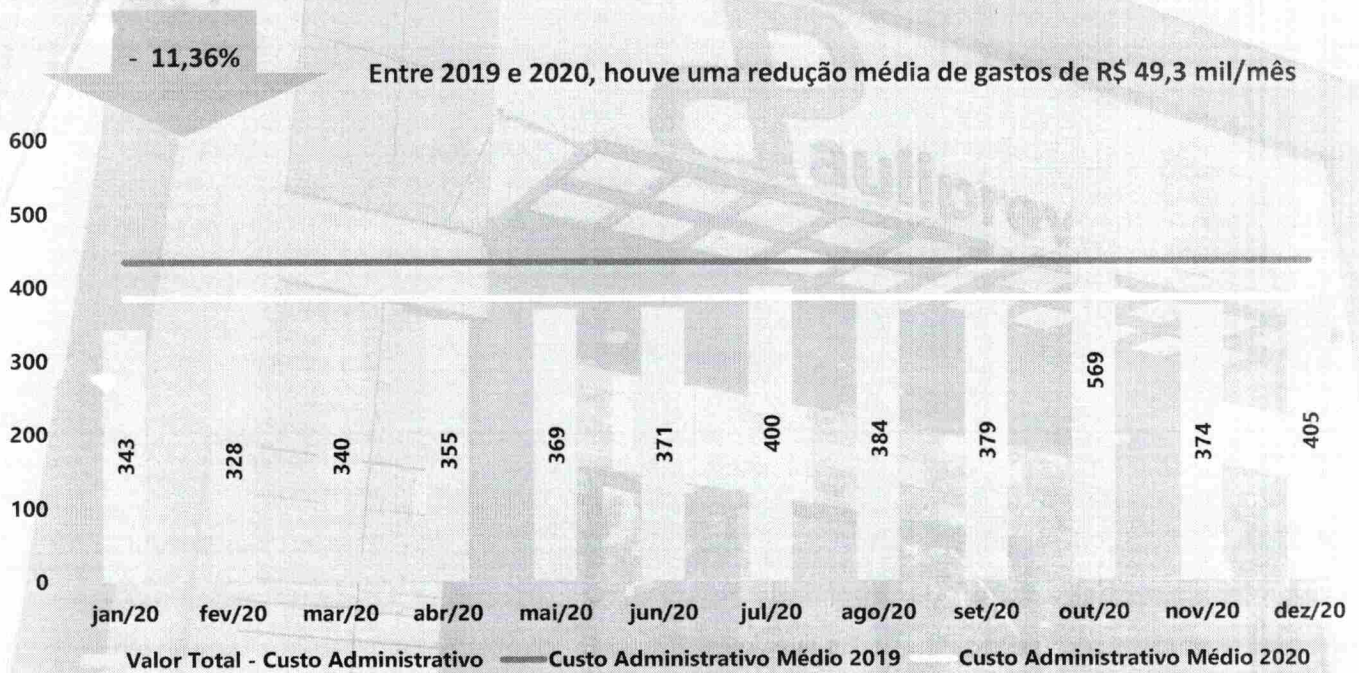
FORNECEDOR	OBJETO	PROCESSO ADM	CONTRATO	VALOR TOTAL	VALOR MENSAL
CONTRATOS VARIÁVEIS (Valor Estimado)					
CPFL	Energia Elétrica	Dispensa de Licitação 04/2020	-	R\$ 42.000,00	R\$ 3.500,00
BANCO DO BRASIL	Custódia de Títulos Públicos	Dispensa de Licitação 06/2020	Contrato 01/2020	R\$ 17.520,00	R\$ 1.460,00
VIVO	Telefonia Fixa	Dispensa de Licitação 07/2019	Contrato 04/2019	R\$ 17.160,00	R\$ 1.430,00
VIVO	Telefonia Móvel	Dispensa de Licitação 02/2019	Contrato 02/2019	R\$ 16.030,80	R\$ 1.335,90
BANCO DO BRASIL	Custódia de Títulos Públicos (Selic ANBIMA)	Dispensa de Licitação 06/2020	Contrato 01/2020	R\$ 8.400,00	R\$ 700,00
CORREIOS	Correios	-	Contrato 9912444251	R\$ 1.500,00	R\$ 125,00



ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Gestão do Custo Administrativo

Valores em R\$ mil

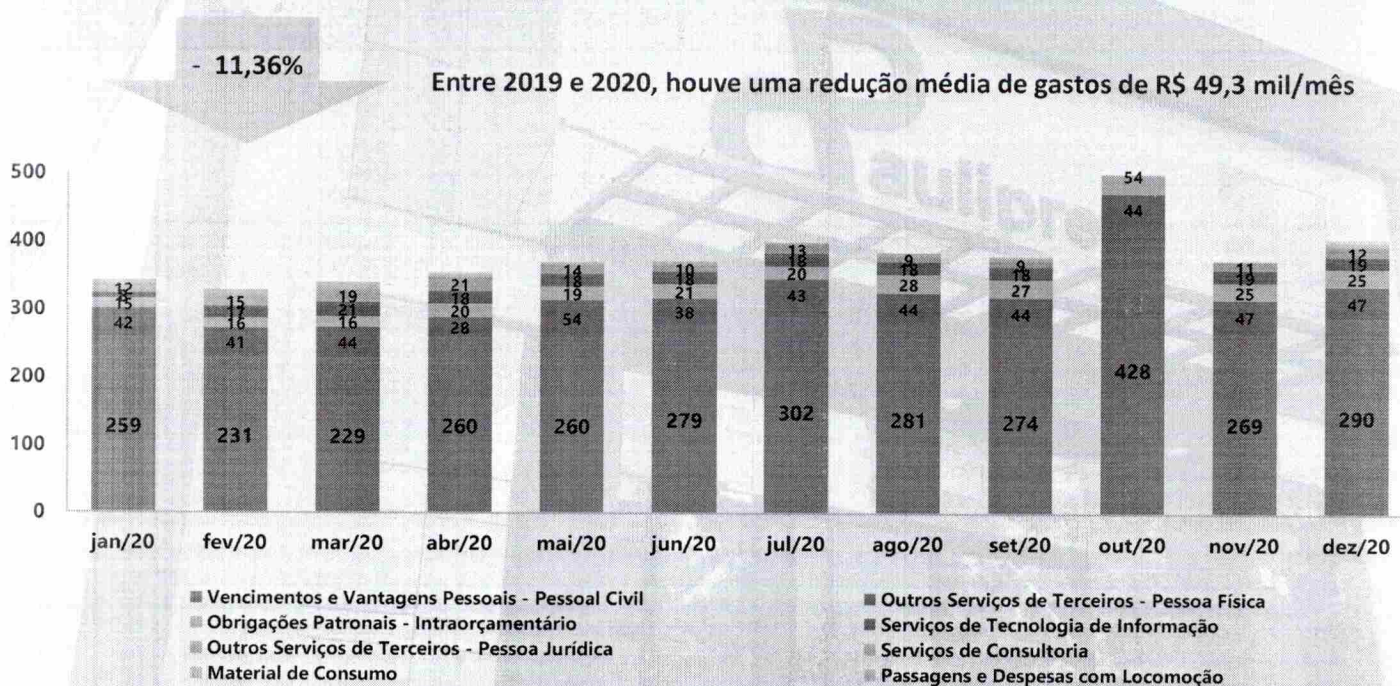


Handwritten signatures and initials:
 EB
 PHS
 B

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Detalhamento do Custo Administrativo

Valores em R\$ mil



ATIVIDADES INSTITUCIONAIS Processos Judiciais

ANO	TIPO	NÚMERO DO PROCESSO	VALOR	VALOR TOTAL
2020	Precatório	0406-71.2018.8.26.0428/02	R\$ 56.900,75	R\$ 481.347,98
	Precatório	0458-33.2019.8.26.0428/02	R\$ 53.080,11	
	Precatório	1002141-30.2015.8.26.0428/01	R\$ 278.167,62	
	RPV	0001236-42.2015.8.26.0428	R\$ 30.199,00	
	RPV	1005895-09.2017.8.26.0428	R\$ 6.142,00	
	RPV	0002794-10.2019.8.26.0428/01	R\$ 27.540,80	
	RPV	0000708-03.2018.8.26.0428/01	R\$ 22.877,53	
	RPV	0001599-87.2019.8.26.0428/02	R\$ 6.440,17	

Fato
Q
de
PAF
B

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Instrução em andamento de Processos de Aposentadorias – TCE/SP

ANO DE APOSENTADORIA	TIPO DE APONTAMENTO	SITUAÇÃO			TOTAL
		AGUARDANDO JULGAMENTO DE RECURSO ORDINÁRIO	AGUARDANDO RETORNO DO TCE/SP	OUTROS	
2013	Verbas	1			1
2014	Aspectos Formais e Verbas		1		1
	Verbas		21	8	29
2015	Verbas	35	2		37
2016	Migração	16		1	17
	Migração e Verbas	2	13	1	16
	Verbas	1	45	5	51
2017	Aspectos Formais e Verbas		2		2
	Migração		1	1	2
	Migração e Verbas	4	8	3	15
	Outros			1	1
	Verbas	11	41	6	58
2018	Aspectos Formais e Verbas	11	38	3	52
	Migração	1	4		5
	Migração e Verbas	1	11	1	13
	Outros		3		3
	Verbas	2	2		4
TOTAL		86	192	30	307



ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Cumprimento de Decisões Judiciais e Conformidade

APOSTILAS RETIFICATÓRIAS

2020: Revisão de 77 aposentadorias, nos termos das exigências do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

REGRAS DE APOSENTADORIAS

A partir de meados de 2019, a PAULIPREV não concedeu mais aposentadorias com a inclusão de verbas de natureza indenizatória ou transitória, nos termos dos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

A partir de meados de 2019, as aposentadorias dos servidores que realizaram a migração por intermédio da Lei Complementar 49/2011 passaram a ser concedidas apenas com fundamento no Artº 40 da Constituição Federal, com os cálculos de proventos efetuados na forma da Lei 10.887/2004 – e não mais com integralidade e paridade, nos termos dos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

fab

M

PHS

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Governança Corporativa e Controle Interno

CANAIS DE ATENDIMENTO E IMAGEM INSTITUCIONAL

A PAULIPREV disponibiliza aos seus segurados, além dos atendimentos realizados presencialmente, atendimentos por via telefônica, comunicação por aplicativos de mensagem e canais eletrônicos para sanar dúvidas no website institucional por meio do link <https://pauliprev.sp.gov.br/atendimento/> onde se encontra espaço específico para mensagens ou telefones de diferentes setores, bem como a possibilidade de se realizar considerações sobre o atendimento oferecido pelo RPPS

RELATÓRIOS GERENCIAIS

A PAULIPREV, por meio do seu sistema de Controle Interno, realiza relatórios com periodicidade bimestral, apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho Administrativo, apresentando as principais informações em termos de receitas, despesas, custo administrativo, investimentos, aplicações e resgates, informações sobre atendimentos, informações sobre aposentadorias e perícia médica, compras e contratos



ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Governança Corporativa e Controle Interno

LEGISLAÇÕES ASSOCIADAS À PAULIPREV

- Lei Complementar 73/2020 – Plano de Cargos e Salários dos Servidores da PAULIPREV
- Lei Complementar 74/2020 – Alteração nos encargos de multa e juros associados aos débitos patronais
- Lei 3759/2020 – Alteração da alíquota previdenciária de 11% para 14%, nos termos das determinações da Secretaria de Previdência Social
- Lei 3768/2020 – Autorização de Parcelamento de Débitos Patronais

PARCELAMENTO DE DÉBITOS PATRONAIS

A PAULIPREV conseguiu que os débitos patronais referente aos períodos de 2014, 2015 e 2016 fossem consolidados em Acordos de Parcelamentos, que passaram a ser pagos a partir de Setembro/2020. O total de débitos parcelados é da ordem de R\$ 72,1 milhões.

CONVÊNIO DE PERÍCIAS

A PAULIPREV assinou convênio com a Secretaria de Recursos Humanos para receber o reembolso referente às atividades realizadas pelo setor de Perícias da PAULIPREV que sejam de responsabilidade da Prefeitura Municipal.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FAB', 'PAB', and 'B']

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Governança Corporativa e Controle Interno

ADESÃO E CERTIFICAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO

Em 2018, a PAULIPREV realizou a adesão ao Programa Pró-Gestão, desenvolvido no âmbito da Secretaria da Previdência Social, que visa o reconhecimento de boas práticas de gestão adotadas pelos RPPS

Em 2020, a PAULIPREV manteve a certificação nível I do Pró-Gestão, no âmbito da Secretaria de Previdência Social, o que significa que o instituto comprovou a adoção de requisitos mínimos em termos de:

- Mapeamento e Manualização de áreas
- Certificação de gestores e servidores na área de investimentos
- Controle de dados da base de segurados
- Transparência
- Capacitação dos Gestores
- Representatividade dos Segurados em Órgãos Colegiados
- Capacitação e treinamento de servidores nas áreas de benefícios e de investimentos

MELHORIAS INSTITUCIONAIS

Censo Previdenciário

Código de Ética da PAULIPREV

Política de Segurança de Informação

Mapeamento e Manualização de Áreas de Benefícios e de Investimentos

Conselheiros Administrativos e Fiscais plenamente certificados pelo CPA-10

Comitê de Investimentos plenamente certificados pelo CPA-10

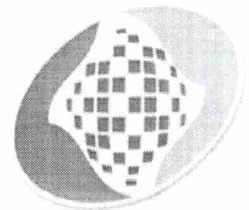
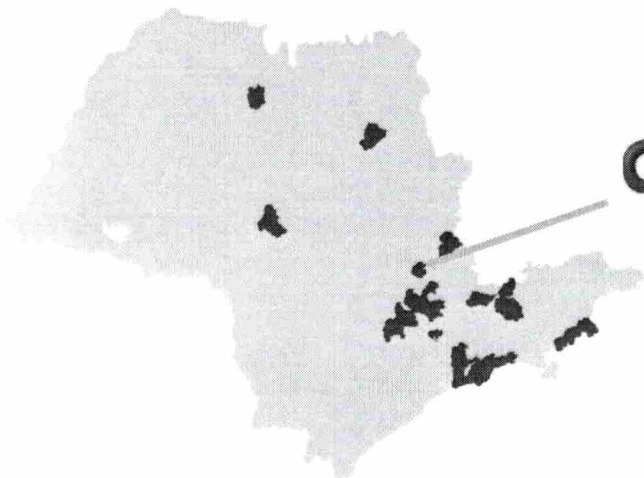
Plano de Ação Anual



ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Governança Corporativa e Controle Interno

Em 2020, a PAULIPREV possuía o Nível I do Pró-Gestão, sendo que, até o final de 2020, apenas 22 RPPS possuíam a certificação no Estado de São Paulo...



PREVIDÊNCIA SOCIAL



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

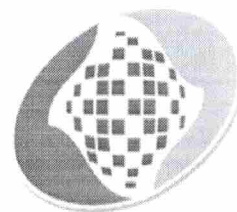
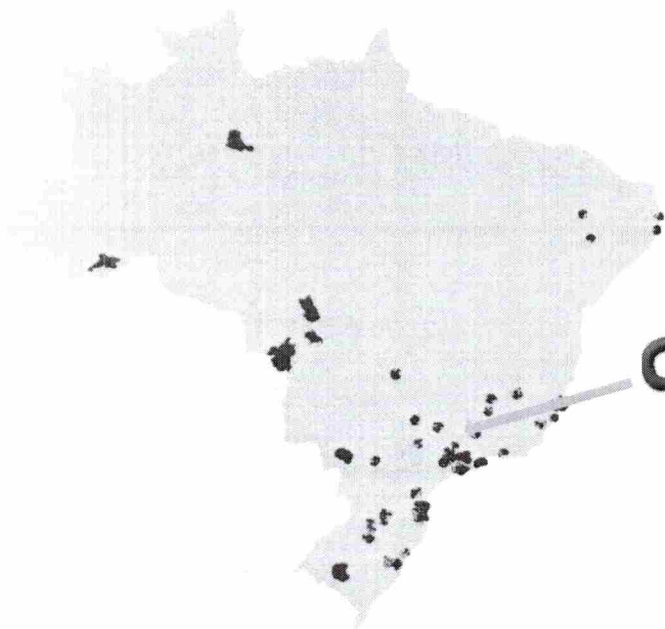
45

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'FAD', 'Idm', a circled 'F', and 'PAB'.

ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

Governança Corporativa e Controle Interno

... Enquanto que, no Brasil, apenas 75 RPPS possuíam a certificação



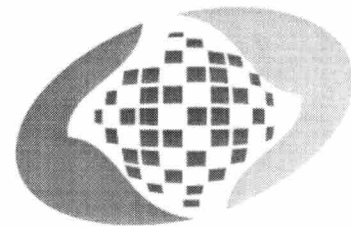
PREVIDÊNCIA SOCIAL



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA/SP

COMPREV

Panorama Geral



PREVIDÊNCIA SOCIAL
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

Paulínia, Junho de 2021

Ed

P

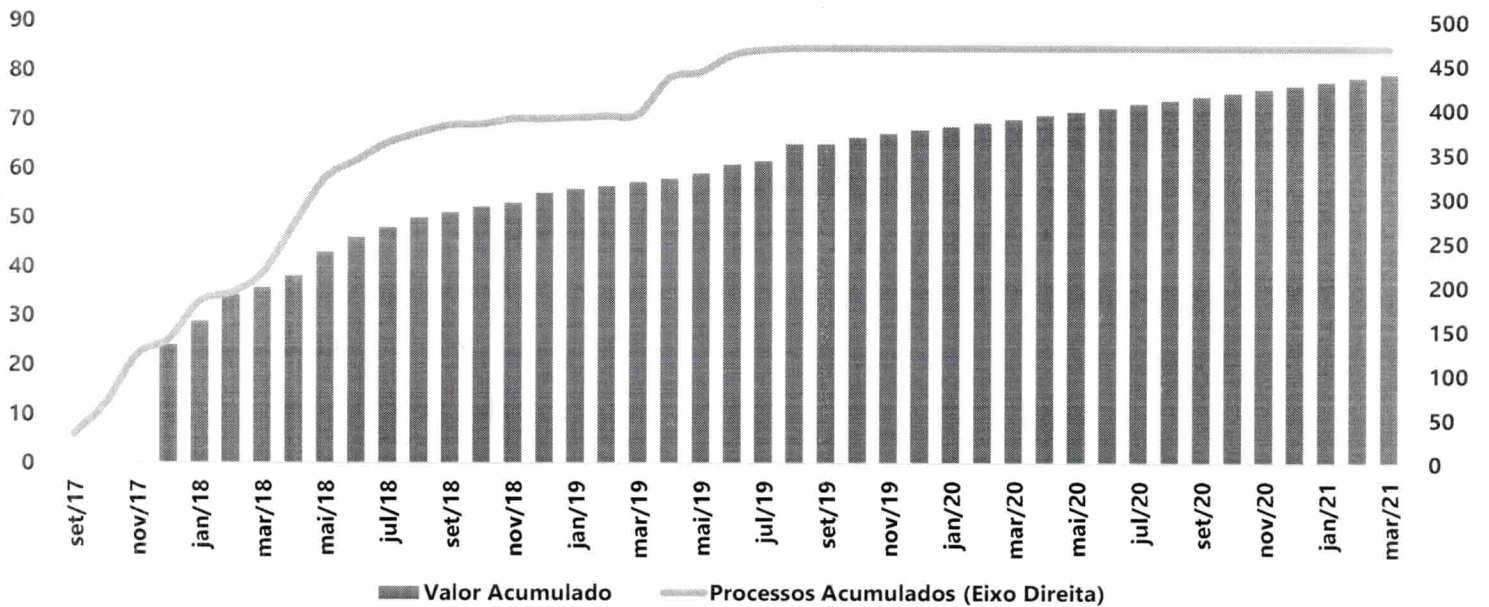
&

PHS

o

COMPREV - DADOS PAULIPREV

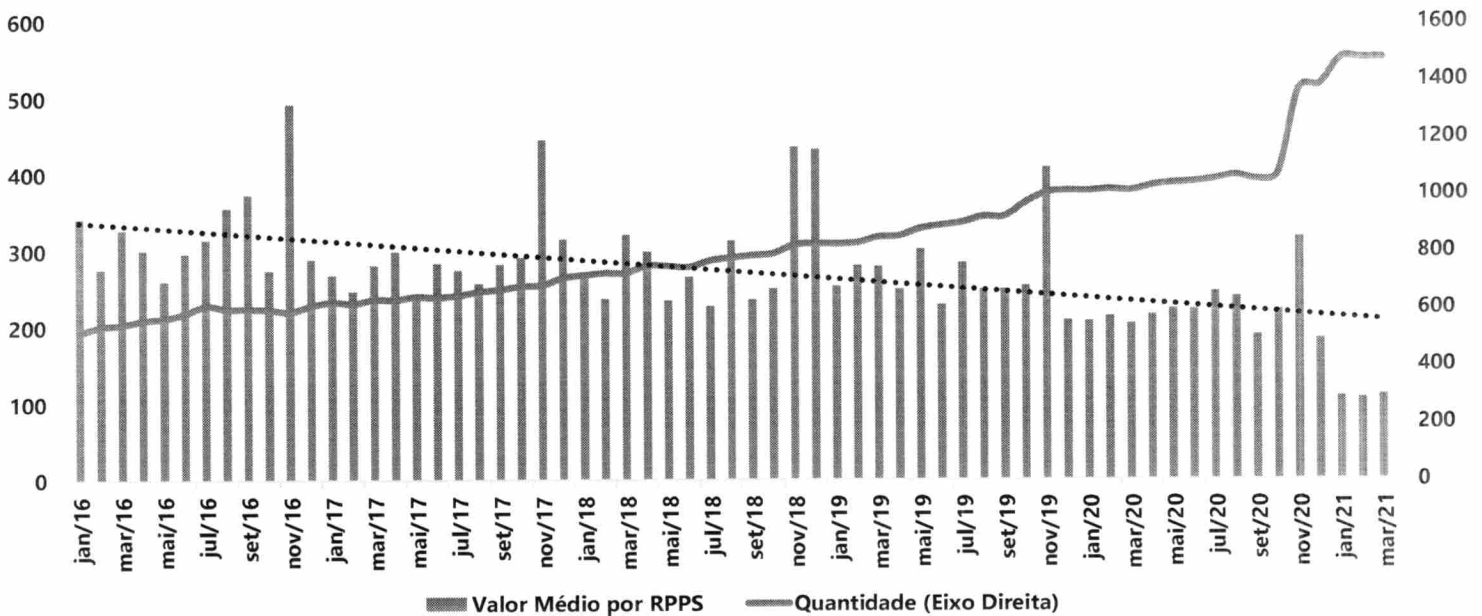
Valor Compensado em R\$ milhões e Quantidade de Processos Compensados



VALOR RECEBIDO: R\$ 79.358.141,79
VALOR A RECEBER: R\$ 156.572.065,48

COMPREV - DADOS GERAIS

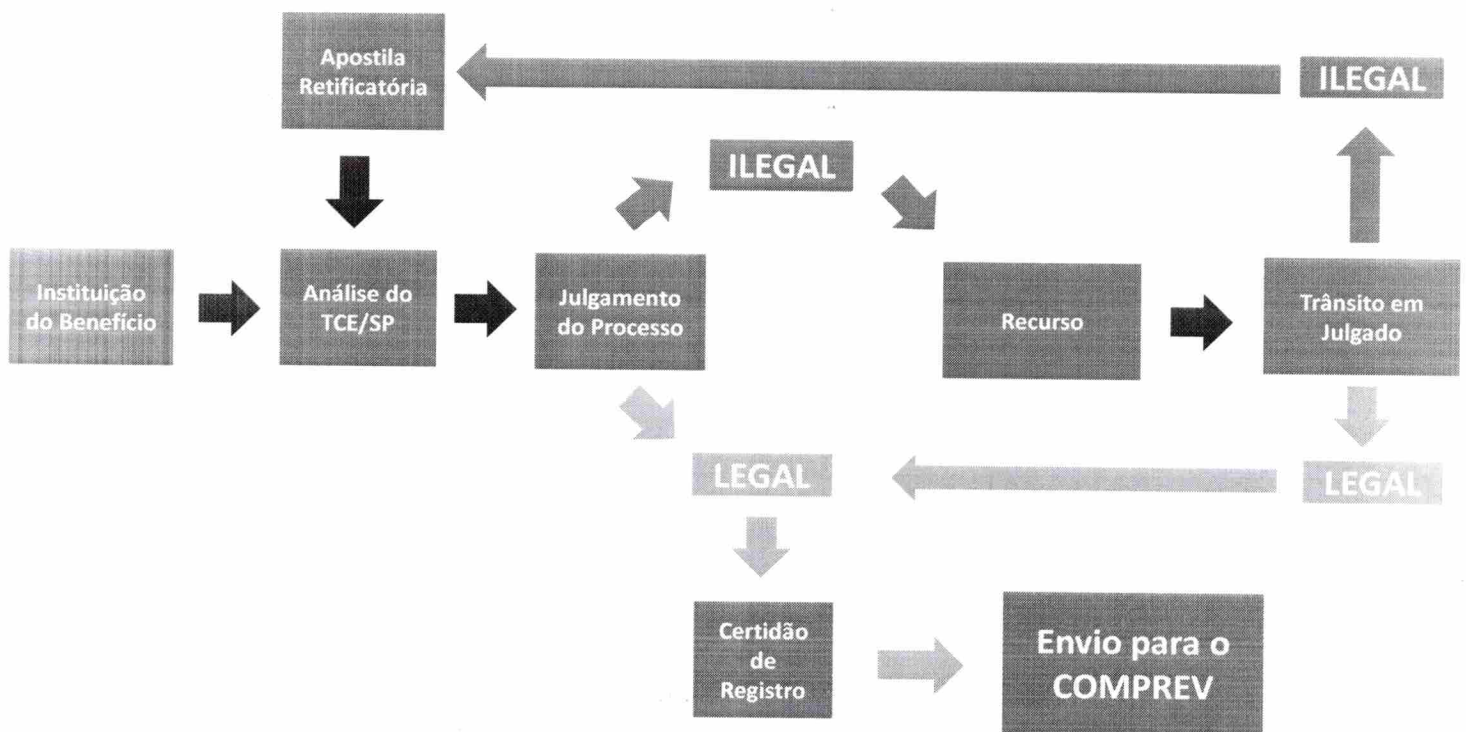
Valor Compensado em R\$ milhões e Quantidade de RPPS com COMPREV



Tendência de queda do valor médio repassado aos RPPS de forma geral

Handwritten signatures and initials:
FAD
JAS
P
7/45
to

FLUXOGRAMA DE PROCESSOS Pré-COMPREV



SITUAÇÃO ATUALIZADA DO COMPREV

COMPENSAÇÃO EM ANDAMENTO

470

INSS



PAULIPREV

COMPENSAÇÃO EM ANDAMENTO

4

PAULIPREV



INSS

FLUXO MENSAL LÍQUIDO DE R\$ 792.595,92

Ed

Idr

⊙

PHS
⊙

SITUAÇÃO ATUALIZADA DO COMPREV

Processos Pendentes

EM ANÁLISE

64

Esses processos estão na “fila” de análise por parte do INSS

EM EXIGÊNCIA

31

Aguardando documentação
(Ex: Certidão de Homologação do TCE/SP)

INDEFERIDOS

29

Processos ainda não reenviados (novo COMPREV ainda não está aceitando em função da migração de sistema) ou sob análise do setor de previdência
